

OLISIPO

Boletim Trimestral do

GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"



Ano XXI
N.º 81



JANEIRO
1958

ULTRAMARINA Companhia de Seguros Ultramarina

Fundada em 1901. Capital e Reservas até 1956: 168.453.999\$00

MAIS DE MEIO SÉCULO
AO SERVIÇO DA ECONOMIA NACIONAL
SEGUROS EM TODOS OS RAMOS E CONTRA TODOS OS RISCOS

Sede: Rua da Prata, 98-108 - LISBOA • Filiais, Delegações e Agências em todo o Império

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

Capital Realizado Esc. 200.000.000\$00

Reservas Esc. 110.000.000\$00

RUA DO COMÉRCIO, 95 A 119

L I S B O A

Filiais - Porto, Coimbra, Braga, Covilhã, Faro, Guimarães e Ponta Delgada.
Agências - Abrantes, Alferrarede, Anadia, Castelo Branco, Espinho, Estoril, Figueiró dos Vinhos, Gouveia, Guarda, Leiria, Mangualde, Montemor-o-Novo, Montijo, Moura, Olhão, São João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Torres Vedras, Tortozendo e Vila Franca de Xira.

Dependências urbanas:

LISBOA - Alcântara, Almirante Reis, Belém, Benfica, Camões, Campolide, Conde Barão, Graça, Poço do Bispo, Praça do Brasil, Praça do Chile, Praça Duque Saldanha e Praça de Londres.

PORTO - Carvalhinho, Costa Cabral e Matosinhos.

T O D A S A S O P E R A Ç Õ E S B A N C Á R I A S

PAINÉIS DE AZULEJOS com *Imagens e Cenas Religiosas*

LOUÇAS DECORATIVAS, SANITÁRIAS E DOMÉSTICAS — AZULEJOS PARA TODAS AS APLICAÇÕES

Agentes:

LISBOA

R. Rodrigo da Fonseca, 70, r/c, E. - Tel. 54872

PORTO

Galeria de Paris, 96, 1.º - Tel. 27012

**FÁBRICAS
A L E L U I A**

AVEIRO

Telefones 22, 806 e 807

OURO, PRATA E JOIAS
BARATISSIMAS

Grande sortido de objectos de ouro em 2.^a mão só pelo peso

VENDE

a Antiga Ourivesaria

MIGUEL A. FRAGA, L.^{DA}

Pavilhão dos Ourives - Largo Martim Moniz, Loja 18 - Tel. 86 42 03 - LISBOA

Companhia de Seguros Fidelidade

Fundada em 1835

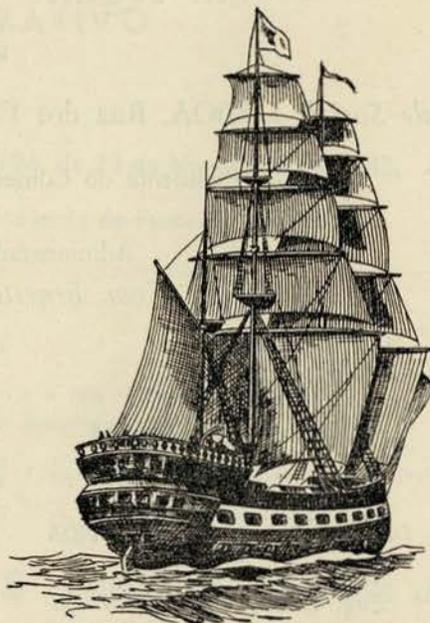
CAPITAL E RESERVAS:

Duzentos oitenta e sete milhões de escudos

LARGO DO CORPO SANTO, 13 — LISBOA

AINDA DURANTE
MUITOS ANOS SAIU
A NAU DA ÍNDIA,
JÁ AS VIDAS E OS
BENS, QUE ANDA-
VAM SOBRE O MAR
FICAVAM SEGUROS
NA

FIDELIDADE



Companhia de Diamantes
de
ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00



Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo



Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente

Com. Álvaro Morna

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Mr. Firmin Van Brée



DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. Gijsbert Paz Andringa

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Sílvio Guimarães

CASA DOS PNEUS

PNEUMÁTICOS E CÂMARAS D'AR IMPORTANTE SECÇÃO DE
PARA AUTOMÓVEL E CAMION ARTIGOS DE BORRACHA
ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS ALMOFADAS E COLCHÕES
RECAUCHUTAGEM · RECHAPAGEM EM ESPUMA DE BORRACHA

126, RUA DA PRATA, 132

Telef. 2 16 45

Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau

ORGANISMO
CORPORATIVO

Criado pelo decreto-lei número 26 106, de 23 de Novembro de 1935,
ao qual compete Fomentar a Indústria da Pesca do Bacalhau

Completamente Remodelada

Reabriu de novo para bem servir a sua numerosa clientela,
com um sortido completo de

*Pincéis, telas e tintas de óleo para aquarela, desenho e guaches das marcas
LEFRANC, WINDSOR, PELIKAN, SCHMINCKE, etc.*

a Papeleria Camões de AUGUSTO RODRIGUES & BRITO, LDA.
42, Praça Luís de Camões, 43 — Telef. 2 30 63 — LISBOA



SANTA CASA
DA
MISERICÓRDIA DE LISBOA



L O T A R I A
E X T R A C Ç Õ E S
S E M A N A I S

PRÉMIOS MAIORES

1 0 0 0 C O N T O S

1 0 0 C O N T O S

5 0 C O N T O S

Os lucros líquidos revertem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e demais instituições de assistência pública, nos termos da legislação em vigor



GAIVOTAS, LDA.

FÁBRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811

Telefs. 663177/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

LISBOA

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. História da Indústria do Vidro em Portugal | 1 |
| 2. A Indústria do Vidro em Portugal | 2 |
| 3. A Indústria do Vidro em Portugal | 3 |
| 4. A Indústria do Vidro em Portugal | 4 |
| 5. A Indústria do Vidro em Portugal | 5 |
| 6. A Indústria do Vidro em Portugal | 6 |
| 7. A Indústria do Vidro em Portugal | 7 |
| 8. A Indústria do Vidro em Portugal | 8 |
| 9. A Indústria do Vidro em Portugal | 9 |
| 10. A Indústria do Vidro em Portugal | 10 |

Casa Batalha

FUNDADA EM 1635

Porcelanas da
VISTA ALEGRE

... apreciadas pelos Lisboetas de bom gosto há mais de



UM SÉCULO

Largo do Chiado, 18 • Rua Ivens, 19 • LISBOA

OURIVESARIA DA GUIA

fundada em 1875

JOIAS - OURO

PRATA - RELÓGIOS

Na sua nova Sede: Rua Dom Duarte, 4-B - Tel. 863936 - LISBOA

Oferta

27. JUL. 1988

M.

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXI

JANEIRO DE 1958

NÚMERO 81

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 2 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita



SUMÁRIO

| | Pág. |
|--|------|
| † ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA (Sidónio Miguel)... | 3 |
| 1938 - 1958 | 5 |
| A TORRE DO BUGIO | |
| por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i> ... | 7 |
| ALVOROÇO NA LISBOA SETECENTISTA À VOLTA DO BARBADINHO | |
| FREI ANDRÉ DE BÚRGIO | |
| por <i>Francisco Leite de Faria</i> ... | 25 |
| UMA PINTURA DE JÚLIO DE CASTILHO | |
| pelo <i>Dr. Raymundo W. Quintanilha e Mendonça</i> ... | 41 |
| TIPOS E COSTUMES DE LISBOA | 45 |
| A NOSSA VISITA AO METROPOLITANO | |
| por <i>Hugo Raposo</i> ... | 48 |
| JÚLIO VERNE NA RUA DA ATALAIA | |
| por <i>Matos Sequeira</i> ... | 52 |
| FEIRA DA LADRA | 55 |
| ACTIVIDADE CULTURAL no trimestre passado... | 58 |
| ACÇÃO CULTURAL durante o ano de 1957 | 62 |
| LIVROS, edições do Grupo e dos Sócios | |
| CAPA: O Passeio Público em 1863 | |

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA
(*Sidónio Miguel*)

Sócio do Grupo desde Abril de 1937, com o n.º 183; Relator da Comissão de Contas em 1940; Vogal efectivo da Junta Directiva em 1942 e seu Tesoureiro em 1946 a 52.

Fez parte da Secção de Estudos Económicos e Sociais e faleceu em 11 de Outubro de 1957.

Nosso colaborador assíduo e erudito. Poeta, sociólogo e escritor, deixou vago no nosso meio um lugar que OLISIPO e os «Amigos de Lisboa» sempre recordarão com gratidão e saudade.

1938 - 1958

Foi depois de algumas hesitações que nos decidimos a começar a publicação deste *Boletim*. E, vamos lá, a indecisão justificava-se. Com 380 sócios, que eram os que o Grupo então tinha, seria possível assegurar-lhe a vida e a regularidade que todos lhe desejávamos?

Felizmente as dificuldades que iam surgindo puderam ser anuladas, o número de sócios foi aumentando, o *Boletim* pôde assim ser melhorado e ao seu 20.º aniversário de existência já chegou. Estamos todos de parabéns.

E os votos que fazemos é que a estes vinte, outros tantos se juntem e, depois outros e sempre outros, até a sua existência comece a contar-se por centenários.

E tudo e sempre a bem de Lisboa.

Pastor de Macedo

O OLISIPO completa agora vinte anos. Vinte anos para um indivíduo é idade insignificante — apenas o começo da vida. Para uma publicação de carácter histórico e sentimental representa um poder de vitalidade que nos desvanece, mas que se deve atribuir menos à sua

direcção orientadora do que aos assuntos sobre que ele se debruça, todos em derredor da Real Princesa Lisboa, como chamavam à cidade do Tejo os imaginosos historiadores seiscentistas.

E sejamos nós os primeiros a dar os parabéns a este OLISIPO que vai iniciar uma outra vintena de anos.

Matos Sequeira

Como primeiro editor de OLISIPO recordo saudoso a ansiedade com que esperámos a saída do seu número inicial, em Janeiro de 1938. Mercê de Deus, a nossa paixão olisiponense mantém, ao aguardar a saída deste número, a mesma ansiedade da primeira hora.

Passaram vinte anos. Pena é não sermos já presentes todos os de então. Os que ficaram, porém, são portadores ainda da mesma vibração de outrora — sempre a bem de Lisboa.

Eduardo Neves

A Torre do Bugio

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

A NDA nos olhos de todos nós, porque ela se integra sem esforço no complexo paisagístico de Lisboa, a silhueta bem característica, e de certo modo airosa, da velha Torre do Bugio. Emparceirada com S. Julião da Barra coube-lhe, durante pouco mais de um século, a missão de montar a guarda vigilante do passo da barra. Depois, e cumulativamente com aquele encargo, recebeu o de servir de guia a mareantes, o único que ainda hoje se mantém. Prisão de Estado ⁽¹⁾ em épocas agitadas da nossa história, alvitra-se agora que nela se erga um monumento aos homens dos descobrimentos, enquanto que, por outro lado, há quem sugira a sua adaptação a fins turísticos, um e outro aproveitamento sem menosprezo da sua função primacial de farolagem.

Primitivamente conhecida por Torre da Cabeça Seca, outras designações lhe são atribuídas em numerosos documentos a ela referentes. Assim, chamaram-lhe também Torre de S. Lourenço, de S. Lourenço da Barra e, ainda, de S. Lourenço da Cabeça Seca. Mas a partir de uma determinada

(1) Em 1679 — diz-nos Freire de Oliveira nos *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 1, nota a pág. 67 — foram encarcerados no Bugio, à ordem do Rei, os procuradores dos mestres por terem tido dúvidas em «votar e assinar uma consulta sobre um assunto tratado em mesa da vereação, por sugestão do juiz do povo, a quem tinham comunicado o facto, quebrando assim o sigilo do tribunal». Só foram postos em liberdade depois de «muitos protestos de arrependimento e de emenda».

Em 1801 estava no Bugio, em prisão fechada, Domingos dos Santos de Morais Sarmento, preso de Estado. Quando ali foi, em Dezembro de 1807, o coronel francês Vincent lá encontrou um indivíduo, preso de Estado, e que disse estar encarcerado há alguns anos. É de admitir que fosse o mesmo Morais Sarmento.

altura passou a ser correntemente designada por Torre do Bugio. O documento mais antigo que conhecemos, mencionando esta última designação, é um desenho de Mateus do Couto (tio) referido a 1693 e que junto se reproduz.

Mas, do Bugio porquê?

Luís Pastor de Macedo ao tratar, no seu *Lisboa de lés-a-lés* ⁽²⁾, do Beco do Bugio procura determinar a origem deste topónimo e cita, a propósito, as acepções que lhe atribui Bluteau no conhecido *Vocabulário*: «vem de Bugia, que he o nome de huma cidade de África, na costa da Barbéria, em que os Hespanhois acharão huma tão grande quantidade destes animais (macacos) que não se podiam valer com eles». Depois, acrescenta que bugio de alguém é «aquele que arremeda e procura imitar as açoens de alguém» e que, igualmente, se chama bugio a um «engenho da feição de huma forquilha, em que de hum barco se atrahe». E adita que em certa construção no Terreiro do Paço, assente sobre estacaria, foi utilizado um engenho «a que chamavão Bugio com que fincavão as pedras» (bate-estacas). Conclui Pastor de Macedo: «Nenhuma das significações do vocábulo nos dá azo a formularmos qualquer hipótese». Ora se as acepções apontadas por Bluteau não permitem estabelecer qualquer hipótese no tocante ao topónimo citadino, muito menos têm aplicação no caso da vetusta fortificação seiscentista.

Conhecemos um atlas impresso na Holanda em 1588 ⁽³⁾ o qual inclui três cartas — preciosamente desenhadas — reproduzindo a costa portuguesa. Na referente ao Norte do País figuram, ao longo do Rio Lima e fora da barra, umas como que balizas constituídas por uma base cónica sobre a qual assenta uma estaca, ou coisa que o valha, o todo emergindo da água. É fácil concluir que se destinavam a assinalar a existência de locais perigosos para a navegação.

Numa litografia de Macphail, intitulada *Vista do porto de Viana e da costa próxima* e que figura no livro de Sebastião José Pedroso *Itinerário de Lisboa a Viana do Minho e os concelhos do Distrito*, impresso em Lisboa no ano de 1844, é perfeitamente visível, fora da barra e assinalando uma linha de cachopos, uma baliza a que a legenda chama *Bugio* e que é muito semelhante às que se vêem no citado atlas holandês. Parece-nos ser lógico concluir-se que ao tipo de balizas a que vimos de fazer referência se

⁽²⁾ Vol. II, pág. 234.

⁽³⁾ LUCAS IANZ WAGHENAER — *Spiegel der Zee-Vaert, vande Navigatie*, etc.

chamaram bugios. E, então, pergunta-se: à torre teria sido dada aquela designação por, de certa forma, se assemelhar às referidas marcas marítimas, por servir de guia à navegação quanto aos cachopos próximos, actuando, portanto, como bugio, ou por, antes da construção da torre, ali ter existido, e com aquele mesmo fim, uma das tais marcas?

Lemos algures que o ilhéu rochoso, já antes de nele assentar a torre, se chamava do Bugio, mas tal afirmação não era acompanhada de qualquer prova concreta, fazendo-se, tão-sòmente, menção de «velhos papéis enciclopédicos», o que nos parece muito pouco para que possa merecer crédito.

Não sabemos se as hipóteses que acima deixamos formuladas merecem ser tidas em conta. Elas aí ficam, no entanto, como um modesto contributo para a solução de um problema que, não sendo importante, se nos afigura revestir-se de um certo interesse.

A simples título de curiosidade é de acrescentar haver quem avente que a designação de bugio, aplicada à torre, se filia na circunstância de a sua silhueta se assemelhar a uma palmatória — bugia —, termo que, por corrupção, se teria transformado em bugio.

*

Ao referirem-se à Torre do Bugio dão vários escritos a notícia de a sua construção ter sido iniciada em 1578, já depois da partida, para a infeliz campanha de África, do desditoso Rei D. Sebastião. Isto quer, pelo menos, dizer que os fundamentos da torre actual assentam no mesmo sítio onde aquele soberano mandou se erguesse uma fortificação. Temos fortes razões para supor que tal facto carece de fundamento. Vamos dizer porquê.

Sabemos, por a tal respeito termos encontrado várias referências, que era conhecido pelo nome de Cabeça Seca o cabedelo situado na margem Sul do Tejo, a Poente da Trafaria e muito próximo da foz do rio.

Ora, na Cabeça Seca levantou D. Manuel de Almada, em 1580, um forte de madeira e terra, o qual com a artilharia com que foi armado batia o canal da Alcáçova (4). Ocorre perguntar: seria possível, naquele tempo e com aqueles materiais, construir fosse o que fosse no ilhéu do Bugio? A resposta parece-nos fácil.

O duque de Alba, ao escrever a Filipe II, de Espanha, em 27 de Julho

(4) INÁCIO DA COSTA QUINTELA — *Anais da Marinha Portuguesa*, vol. II, pág. 2.

de 1580, e ao fazer a descrição da barra do Tejo, refere a existência de um forte na Cabeça Seca que dominava o canal do Alcaçar⁽⁵⁾, como ele diz. Um escritor da época, que julgamos merecer crédito, confirma que o forte foi construído na Cabeça Seca e indica até os materiais usados, acrescentando que a madeira fendia e não vedava a água⁽⁶⁾.

Um outro historiador dá-nos a impressão de querer localizá-lo no ilhéu do Bugio, muito embora acrescente que existia na margem esquerda «outro de maior consideração e de data mais recente»⁽⁷⁾. Evidentemente que esta referência não pode dizer respeito à Torre de S. Sebastião da Caparica, a qual defendia o passo de Belém e nada tinha que ver, portanto, com o sistema defensivo da barra.

Mas há alguma coisa mais, susceptível de concorrer, em muito, para o esclarecimento do assunto de que vimos tratando.

Filipe II, de Espanha, mandou vir de Nápoles, em 1586, um seu arquitecto e engenheiro, João Vicêncio Cazale, frade servita, a quem incumbiu de, muito especialmente, prover ao melhoramento da defesa da barra do Tejo. Para o efeito recebeu Cazale, do Rei, uma longa carta contendo as directivas pelas quais devia pautar o seu trabalho. Quanto à fortificação a erguer na barra do rio dizia Filipe II⁽⁸⁾:

«Primeramente la cabessa sequea q. esta en frente del fuerte de San Gian y principalm.^{te} aquellas ysletas de arena q. estan abaxo della cabessa sequea más enfrente de san gian por uer si alhi se pudiesse o de pedra o de maderá hazer algun cimientó y fundamíento para hazer algun Baluarte o torreón para q. pudiesse auer alguna cantidade de Artelheria para guardar la entrada de aquellas varras...».

Em 2 de Dezembro de 1589 frei Cazale dirigiu ao Rei um relatório no qual começava por dizer⁽⁹⁾:

«Deixando de parte a necessidade e muita utilidade q. me parece será fabricandosse algũa força fronteira do castelo de S. Gião na ilheta q. está alem da cabessa sequea...»

(5) *Colléccion de Documentos Inéditos para la História de España*, tomo XXXII, pág. 320, citado por Carlos Roma du Bocage em *O Desembarque do Duque de Alba em 1580*, Lisboa, 1910.

(6) JERÓNIMO FRANCHI CONESTAGIO — *Dell'Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castilla*, tomo I, fol. 115, igualmente citado por Roma du Bocage.

(7) General DON JULIÁN SUARÉZ INCLÁN — *Guerra de Anéxion en Portugal durante el Reinado de Don Felipe II*, tomo I, pág. 346, também citado por Roma du Bocage.

(8) ALEXANDRE MASSAY — *Descrição do Reino do Algarve*, etc., pág. 76. Ms. do Gabinete de Estudos Olisiponenses da C. M. L.

(9) *Id. id.*

Das transcrições que ficam feitas conclui-se: primeiro, que na barra do Tejo não existia ao tempo — 1589 — qualquer fortificação — a de 1580 já teria certamente desaparecido dada a fragilidade da sua estrutura e a fúria do mar; segundo, que a torre, cujo levantamento veio a ser iniciado por Cazale, se situava num ilhéu para lá da Cabeça Seca. É claro o que, a tal respeito, dizem, respectivamente, o Rei e o seu architecto: «... aquellas ysletas de arena q. estan abaixo della cabessa sequa...» e «... na ilheta q. está alem da cabessa sequa...».

De tudo quanto deixamos exposto resulta, pelo menos em nossa opinião, poder afirmar-se que a actual Torre do Bugio não assenta no mesmo sítio onde em 1580 existia a fortificação, começada a erguer, ao que se diz, em 1578 por ordem de D. Sebastião. Verdade será, também, que o topónimo Cabeça Seca se tornou extensivo à ilhota, talvez pela necessidade de lhe dar um nome e dada a proximidade do cabedelo.

Já topámos com a afirmação, feita em letra de forma, de ser nebulosa a história da Torre do Bugio. Estamos em crer que não é. Em todo o caso vejamos.

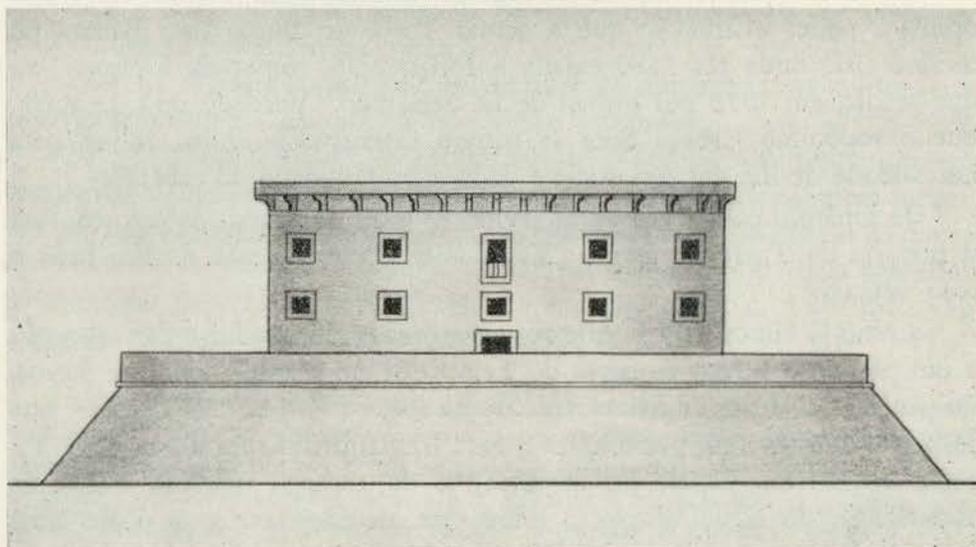
Como já vimos, frei Cazale foi encarregado de estudar e dar execução a um plano de defesa da barra do Tejo e foi ele o autor, além de outros, do projecto do forte de Santo António da Barra ⁽¹⁰⁾ e de três riscos — que felizmente não foram por diante — para transformação da Torre de S. Vicente de Belém. Cazale no desempenho do encargo recebido tratou da fortificação do actual Bugio e, sobre este assunto, teve com o Rei uma larga troca de correspondência. Na sua última carta, escrita a 11 de Fevereiro de 1593 e, portanto, pouco antes do seu falecimento, dava ao Rei a notícia de que já estavam feitos «os fundamentos debaixo de água» A estas obras se refere Pero Ruiz Soares quando no seu curioso *Memorial* nos diz:

«Mandou mais elRey hũ frade grande engenheiro a intentar a cabeça seca para fazer nela hũa fortaleza e andou ali obra de 4 — anos com 300 — e 400 homs cada dia trabalhando com Immensissimo gasto e ficou tudo sem se poder acabar fazendosse somente hum forte de madr.^a»

A frei Cazale seguiu-se, na direcção das obras do Bugio, Leonardo Turriano. Este, também de origem italiana, foi architecto-geral do Reino,

(10) Vide, do autor, *Santo António da Barra*, Lisboa, 1956.

cargo no qual sucedeu a Filipe Tércio em 20 de Abril de 1598; era tido como pessoa de muito préstimo e competência e dirigiu no nosso País numerosas obras. Compôs alguns livros e tratados sobre arquitectura e engenharia, bem como subscreveu o estudo e a traça para o abastecimento de águas à cidade de Lisboa. Aqui casou, em segundas núpcias, com D. Maria Manuel, senhora de boa linhagem e que veio a ser mãe de frei João Turriano.



Como frei João Vicencio Cazale projectou a torre em 1590

(Gabinete de Estudos Olisiponenses da C. M. L.)

Ao tomar conta das obras do Bugio, Turriano fez modificações no projecto de frei Cazale, conservando-lhe, contudo, a forma circular, a qual, no dizer do escritor italiano Leone Andrea Maggiorotti, lembra o castelo de Sant'Angelo, em Roma ⁽¹¹⁾. Turriano teve como assistente naquelas obras o engenheiro António Simões, para tal cargo nomeado por alvará de 15 de Fevereiro de 1611 ⁽¹²⁾.

⁽¹¹⁾ *Architetti militari italiani in Portogallo*, estudo a pág. 421 de *Relazioni Storiche fra l'Italia e il Portogallo*, Roma 1940.

⁽¹²⁾ CRISTOVAM AYRES — *História Orgânica e Política do Exército Português*, Provas, vol. XVI, pág. 309.

Chegado 1640, a obra do Bugio não estava ainda completa mas já deveria ter algum armamento e guarnição. Governador era, então, o castelhano João Carrilho Rótulo, que entregou a torre sem resistência. Em paga da sua atitude D. João IV, por carta patente de 9 de Maio de 1641, nomeou-o sargento-mor da vila de Almada e seu distrito e, mais tarde, por um documento datado de Alcântara em 27 de Maio de 1647 fez-lhe a promessa de um ofício de justiça ou fazenda para quem viesse a casar com uma das suas filhas⁽¹³⁾. Parece-nos digno de nota o facto de este segundo documento mencionar que Rótulo tinha a seu cargo, em 1640, a «capetania da fronteira da Cabeça Seca da Barra de Lisboa».

Em 1643 aparece um decreto real⁽¹⁴⁾ — datado de 12 de Março — determinando se efectuasse a fortificação da Cabeça Seca e que fosse português o engenheiro encarregado da obra e isto pela razão de que:

«... se fosse estrangeiro a quem se confiasse a disposição da mesma planta, porque a experiência havia mostrado nas fortificações de Cascais, que como aqueles homens venciam grande ordenado e estavam bem pagos, faziam e desfaziam muitas vezes o que se obrava e de crêr era que se fosse engenheiro português o encarregado dos trabalhos, serviria com mais amor e se contentaria com menos paga.»

Foi a obra recomeçada naquele ano de 1643 sob a superintendência do Conde de Cantanhede tendo como engenheiro frei João Turriano e, este, assistido, a partir de 7 de Agosto do mesmo ano, por Mateus do Couto (tio)⁽¹⁵⁾.

Aquele religioso tomou o hábito de S. Bento no mosteiro da sua ordem, em Lisboa, a 29 de Novembro de 1629, contando apenas 18 para 19 anos de idade.

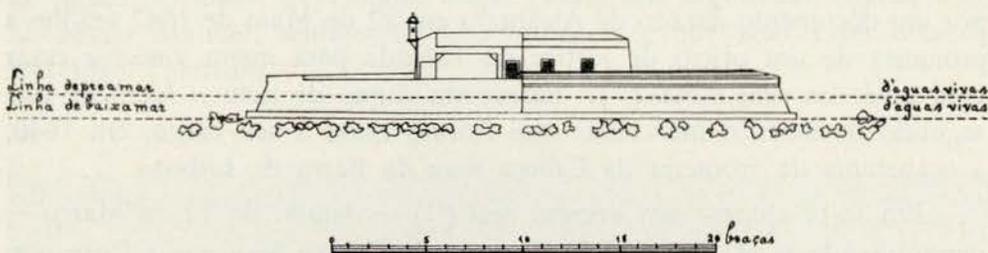
Propenso aos estudos de desenho por índole e por influência da profissão de seu pai, cedo se revelou como architecto de muito merecimento. Tal como o seu progenitor, desempenhou as funções de engenheiro-mor do Reino, por nomeação de el-Rei D. João IV, que muito o estimava. Ascendeu a lente de matemáticas da Universidade de Coimbra, por voto dos estudantes em renhida opposição com um outro candidato, o Dr. Gaspar

(13) GASTÃO DE MELLO DE MATOS — *A Rendição das Guarnições Castelhanas em 1640*, pág. 110 e doc. XVI e XVII a final.

(14) Torre do Tombo, Conselho de Guerra, decretos, maço 3, doc. 51.

(15) CRISTOVAM AYRES — *História*, etc., vol. VIII, pág. 783.

de Mery. Interveio em numerosas obras, das quais destacamos o delinea-
 mento das capelas-mores das Sés de Viseu e de Leiria, do mosteiro novo
 de Santa Clara, em Coimbra, e do beneditino da Estrela, em Lisboa ⁽¹⁶⁾.



Projecto do frei João Turriano em 1646

(Torre do Tombo — Conselho de Guerra)

Por decreto de 23 de Outubro de 1646 ⁽¹⁷⁾ mandou el-Rei D. João IV
 ver no Conselho de Guerra uma carta, ou antes relatório, e várias plantas,
 tudo da autoria de frei João Turriano. Tal conjunto de documentos reveste
 o maior interesse para a história da torre. Por isso a seguir se transcreve
 a carta e junto se reproduz uma parte dos desenhos. Reza aquela:

«Senhor,

No tempo em que Vossa Majestade encarregou a fortificação da Cabeça Seca
 ao Conde de Cantanhede e a mim à sua ordem, estava em altura que a preamar de
 águas vivas igualava com a obra que meu pai, que Deus tem, deixou feita que vinha
 a ser sobre o cepo, que tem dois palmos e meio de alto e nesta altura com qualquer
 revolução do mar se cobria toda a dita obra.

Desde então a esta parte se lhe tem lançado três fiadas de pedras lavradas e
 mociçadas em tanta altura que nos fica a dita preamar abaixo seis palmos, e nos
 aparece a Cabeça Seca já agora com uma plataforma redonda com mais de 230 palmos
 de diâmetro e 690 em volta. E porque neste estado, em que se gastaram três anos,
 temos praça mui capaz para artilharia e altura bastante sem impedimento do mar,
 me pareceu revelar a Vossa Majestade outro pensamento mais breve do que aquele
 que vem seguindo, com o qual em outros três anos, pouco mais ou menos, acabarei
 esta obra e veremos em nossos tempos o fim que se pretende de ajudar com a arti-
 lharia a São Gião e forte das Maias a defender a barra desta cidade.

⁽¹⁶⁾ *Id.* vol. IX, pág. 366.

⁽¹⁷⁾ Torre do Tombo, Conselho de Guerra, decretos, maço 6, doc. 204.

Porque se esta força se seguir na forma que vai, de força se hade levantar sobre o ponto da preamar e sobre este mociço ao menos 25 palmos, com as mesmas fiadas de pedra e com a mesma escarpa; porque havendo ter cisterna em meio do pátio, não pede menor altura que 10 palmos e 15 pontos os alojamentos que hão de ser de abobada, sobre que hade estar a praça de toda a artilharia, nem pode começar mais abaixo, porque como o pátio hade ter embornais para desaguar as águas da chuva e do mar hão de ter correnteza para baixo. Para o que e para os alojamentos, conforme a consignação que tem e experiência com que vem obrando, serão necessários, a bem trabalhar, dez ou doze anos.

Mas se seguir por esta última forma, que nestes dois papeis apresento a Vossa Majestade, não temos necessidade mais que de lagear o mociçado, que já temos feito e fechar na mesma altura a calheta, como para praça de artilharia, e levantar-lhe o parapeito em volta, com o qual ficaremos sobre o ponto da preamar 11 palmos acima; e no centro da dita plataforma fazer uns alojamentos e armazens, visto haver capacidade para tudo e ficarem ainda livres para retirada da artilharia 60 palmos que ainda é mais dos 35 ou 40 que se costumam dar.

Alcança-se, por este modo, ficarem os ditos alojamentos e armazens mais cobertos e livres de águas porque como não ha pátio em meio não tem donde lhe entrar.

O inconveniente de não ter cisterna é só o que se podera pôr mais dúvida, porém essa se solta com haver lá armazem de pipas, e sustentarem-se no modo em que o fizeram até agora, suposto que ha falúa, e a hade haver sempre que sirva todo o ano a dita força e com melhor água do que será a da cisterna que de força hade participar do salgado, que lhe hade passar por cima muitas vezes.

Vem o outro inconveniente de a artilharia ficar tão baixa e exposta a bateria das ondas do mar, em contra por que isso se remediará com fazer no parapeito, pela parte de dentro, argolas com que a amarrar vîradas com as ioas (?) e tapadas com seus tacos de madeira.

E ganha-se por esse modo poder ter esta praça mais número de peças, porque assim mui largamente poderá levar mais de 60 e estas todas muito ao lume de água, que é razão de muito efeito.

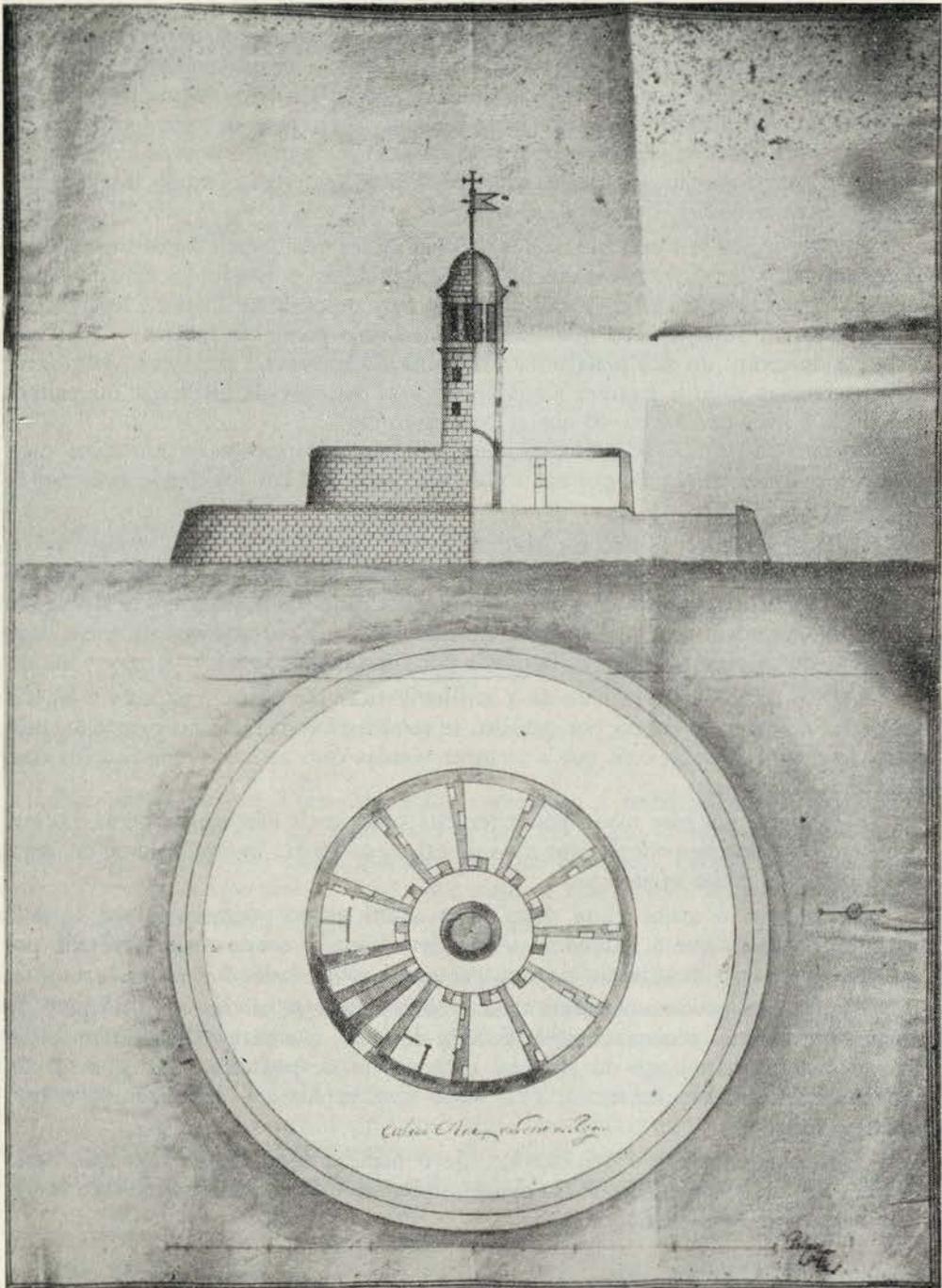
O poderem a maior parte delas fazer a um tempo pontaria para a entrada principal da barra que a redondeza lhe pudera impedir sendo mais levantada por causa da circular e diminuição da escarpa que é sobre cada .5. — 2.

Assegura-se mais nesta forma toda a obra porque se alivia muito no pezo de tantas e tão grandes abobadas que se deixam de fazer, que para se segurarem se lhe hão de meter pelo mociço do pedestal contrafortes de pedraria sobre que se hão de fundar as paredes entremeas (?) sobre que se haviam de sustentar e com muito gasto.

Vossa Majestade, por seu serviço, deve mandar logo tomar resolução neste parecer, porque como estou com as mãos na obra convém ordenar-se-me com brevidade o que hei de seguir.

Em 9 de Outubro 1646.

Fr. João Turriano.»



Desenho de Matheus do Couto em 1693

(Rep. Eduardo Portugal)

Tem, a nosso ver, um certo interesse cotejar os dois desenhos que junto se reproduzem — o de frei João Turriano, datado de 1646, e o de Mateus do Couto, que parece ter sido desenhado em 1693 ⁽¹⁸⁾. No primeiro não figura a torre central e a plataforma superior é guarnecida de guaritas. No segundo sucede o inverso e é este, com excepção do pormenor das guaritas, aquele que mais se assemelha ao aspecto actual da torre. A conclusão a que se pode chegar é ter o projecto de frei Turriano sofrido alterações sensíveis, o que se observa não só quanto ao alçado mas também no que diz respeito à planta.

Em Junho de 1648 e quando se temia que, simultâneamente com qualquer operação no Alentejo, o Marquês de Laganés viesse, com a sua frota, atacar a barra do Tejo, foi dada ordem ao Conde de Cantanhede — decreto de 17 de Junho de 1648 — para que acudisse com o necessário às torres de S. Julião, de Belém e da Cabeça Seca. Quanto a esta última consta do decreto:

«... e particularmente lhe encomendo que se a obra que tem feito na Cabeça Seca dá lugar a se lhe poder pôr artilharia a faça pôr, compondo esta fortaleza no melhor modo que fôr possível, segundo o estado que de presente tem, e para esta despesa se valerá de qualquer dinheiro meu que haja...» ⁽¹⁹⁾.

Os termos em que está redigido o decreto de 27 de Junho de 1657 ⁽²⁰⁾ nomeando governador — o primeiro de que encontrámos notícia depois de 1640 — com a patente e o soldo de mestre-de-campo, directamente subordinado ao Rei e desligado de qualquer obediência ao governador de S. Julião, a Jorge de Barros, fidalgo da real casa, leva-nos a supor que só pouco antes a obra se teria terminado ou quase. Diz aquele decreto:

«Tendo respeito a que a fortaleza da Cabeça Seca está reduzida a diferente forma da que teve os anos passados e à que é capaz pelo estado em que já se encontra de ter capitão...»

É curioso notar que Jorge de Barros foi, no ano seguinte, severamente advertido pelo soberano, através do Conselho de Guerra, para que se «recolhesse imediatamente ao seu posto e tratasse de não faltar às obri-

⁽¹⁸⁾ Colecção Eduardo Portugal.

⁽¹⁹⁾ Torre do Tombo, Conselho de Guerra, decretos, maço 8, doc. 42.

⁽²⁰⁾ *Id.* maço 16, doc. 53.

gações dele, porque toda a ausência que fizesse poderia ser de gravíssimo dano ao serviço real» (21).

Vergastada através dos tempos pela fereza inclemente dos elementos em fúria, sofreu a torre, por diversas vezes, sérios estragos. Temos notícia de tal ter acontecido, pelo menos, em 1788, 1804, 1807 e 1815. As reparações, então efectuadas, em pouco deveriam ter alterado a sua traça.

A última grande reparação teve início em 1952, originada por um temporal que durou dezassete dias e derrubou em grande parte a muralha Noroeste.

*

À Torre do Bugio não andam ligados episódios históricos de relevo nem acções militares dignas de registo.

O coronel Vincent, comandante da engenharia do exército de Junot, tal como fez com todas as outras fortificações integradas no sistema defensivo de Lisboa, inspeccionou cuidadosamente a torre. Através de um relatório datado de 6 de Dezembro de 1807 Vincent propunha diversas modificações no sistema de artilhamento e indicava como muito urgentes várias reparações. Concluía, porém, por afirmar que, apesar de tudo, o Bugio seria sempre um mau ponto de defesa capaz de fazer perder mais gente ao defensor do que ao atacante. E acrescentava que mesmo admitindo que a torre fosse posta no estado de força de que era susceptível, nunca poderia constituir mais do que um fraco obstáculo contra inimigo que, com vento favorável, tentasse forçar a passagem da barra (22).

Que Vincent não estava fora da razão viu-se mais tarde a quando do forçamento da barra, em 11 de Julho de 1831, pela esquadra do almirante francês Roussin. A artilharia da torre disparou então 49 tiros sem que a sua acção tivesse, de qualquer forma, causado dano de maior aos navios. Ela própria também nada sofreu. E da guarnição apenas o governador recebeu uma contusão numa perna e um soldado artífice de engenharia ficou ferido numa das mãos (23).

*

Quando da rendição da torre, em 1640, já ali havia, como referimos atrás, um governador. E, por reduzida que fosse, deveria ter guarnição.

(21) *Id.* maço 17, doc. 63.

(22) Arquivo Histórico Militar, 3.ª div., 1.ª secção, cx. 6, doc. 3.

(23) GUILHERME FELGUEIRAS — *Entrada da esquadra francesa no Porto de Lisboa no dia 11 de Julho de 1831*, in *Estremadura*, n.º 32-34, pág. 93 e 94.

Não encontramos qualquer referência à forma como seria composta, como não sabemos se em 1648, como consequência do decreto de 17 de Junho, a torre chegou a receber algum armamento e pessoal.

Em 1654 já deveria estar guarnecida. É o que claramente se infere do decreto de 11 de Janeiro de 1681 ⁽²⁴⁾, providência esta que fixou — por necessidade de reduzir despesas — as lotações das fortalezas da barra e do castelo de S. Jorge. A guarnição atribuída a S. Lourenço da Cabeça Seca foi a seguinte:

- 1 governador com 16\$000 de soldo por mês.
- 1 tenente com 8\$000 por mês.
- 1 sargento vivo com 100 réis por dia.
- 1 sargento supra com 60 réis por dia.
- 1 tambor com 60 réis por dia.
- 2 capelães com 40\$000 cada um por ano.
- 1 almoxarife com 150 réis por dia.
- 1 escrivão de almoxarife com 80 réis por dia.
- 3 cabos de esquadra com 60 réis cada um por dia.
- 30 soldados com 50 réis por dia cada um.
- 1 barbeiro com 50 réis por dia.
- 1 condestável de artilharia com 80 réis por dia.
- 12 artilheiros com 60 réis por dia cada um.

Só referidas a Dezembro de 1801 voltámos a ter notícias sobre a guarnição da torre. Era então composta como segue:

- 1 governador.
 - 3 sargentos-mores dos quais um exercendo as funções de tenente da praça.
 - 1 ajudante.
 - 1 capelão (religioso do convento de Sto. António do Estoril).
 - 1 tenente
 - 1 cabo
 - 3 soldados
 - 1 sargento
 - 21 soldados
 - 1 sargento
 - 1 furriel
 - 1 cabo
 - 9 soldados
 - 1 fiel de almoxarife
 - 1 faroleiro
- } do Regimento de Artilharia da Corte
- } artilheiros do Corpo de Inválidos
- } infantaria do Corpo de Inválidos

(24) Torre do Tombo, Conselho de Guerra, decretos, maço 40, doc. 1.

Em 1807, quando ali esteve o coronel francês Vincent encontravam-se na torre um major, trinta artilheiros e um capelão, todos portugueses. Como aquela tinha capacidade para alojar 110 homens Vincent fez para lá conduzir trinta soldados do primeiro batalhão do 70.º regimento e tencionava colocar mais 50, tudo comandado por um capitão artilheiro.

Em Julho de 1831 alojava a torre 12 artilheiros e 21 soldados de milícia ⁽²⁵⁾, e em 1 de Agosto de 1832, 2 subalternos, 1 sargento, 4 cabos e 64 soldados.

Além dos dois governadores já indicados — João Carrilho Rótulo em 1640 e Jorge de Barros em 1657 — temos apontamento de pela Cabeça Seca terem passado mais os seguintes:

— Em 1701, Vicente da Silva, a favor de quem, por decreto de 30 de Agosto ⁽²⁶⁾, foi mandada passar patente de tenente de mestre-de-campo general, posto que provisoriamente exercitaria na vila de Setúbal assistindo a Aires de Saldanha de Meneses e Sousa, que então governava aquela praça.

No mesmo ano foi reformado de tenente da torre Manuel Freire Pereira, em virtude dos muitos anos que contava e dos achaques de que sofria ⁽²⁷⁾.

— 1786-1790, brigadeiro Gastão José da Câmara Coutinho.

— 1791-1794, interino o tenente da praça Félix de Almada Castro e Noronha.

— 1795-1797, coronel José César de Meneses e tenente o sargento-mor Inácio José da Silva Castilho.

— 1798, interino o tenente da praça sargento-mor Silva Castilho.

— 1799-1803, tenente-coronel de cavalaria D. Brás Baltasar da Silveira. Em 1801, muito embora ali continuasse colocado, o tenente sargento-mor Silva Castilho não fazia serviço na torre, devido à sua idade e doença crónica de que sofria. Os outros dois sargentos-mores, Francisco Borges da Silva e Martinho José do Couto, faziam serviço alternadamente durante um mês ⁽²⁸⁾.

— 1805-1807, coronel de cavalaria António Xavier de Resende.

Quanto ao artilhamento da torre ele foi constituído, nas datas indicadas, como a seguir se aponta ⁽²⁹⁾:

⁽²⁵⁾ GUILHERME FELGUEIRAS — *loc. cit.*, pág. 93.

⁽²⁶⁾ Torre do Tombo, Conselho de Guerra, decretos, maço 60, doc. 45.

⁽²⁷⁾ *Id.* maço 60, doc. 35.

⁽²⁸⁾ Arquivo Histórico Militar, 3.ª div., 1.ª secção, cx. 5-A, doc. 12.

⁽²⁹⁾ Uma parte destes elementos foram colhidos no vol. II de *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, da autoria do general J. J. Teixeira Botelho.

Em 19 de Novembro de 1793

| | | | | | | | |
|----|-------|----|--------|----|---------|----|--|
| 14 | peças | de | bronze | de | calibre | 24 | |
| 12 | » | » | » | » | » | 12 | |
| 1 | » | » | » | » | » | 6 | |

Em Dezembro de 1807

| | | | | | |
|----|-------|----|---------|----|--|
| 14 | peças | de | calibre | 24 | |
| 6 | » | » | » | 12 | |

Sete das peças de 24 guarneciam a bateria baixa juntamente com as 6 de calibre 12. As restantes sete peças de 24 estavam na bateria alta.

Em Novembro de 1809

| | | | | | | | |
|----|--------|----|--------|-----------|---------|----|--------|
| 14 | peças | de | bronze | de | calibre | 24 | |
| 12 | » | » | » | » | » | 12 | |
| 4 | » | » | » | » | » | 6 | |
| 2 | obuses | de | 7 | polegadas | e | 5 | linhas |

Em 1 de Agosto de 1832

| | | | | | |
|----|--------|----|---------|----|--|
| 20 | peças | de | calibre | 24 | |
| 5 | » | » | » | 18 | |
| 10 | » | » | » | 12 | |
| 3 | » | » | » | 6 | |
| 2 | obuses | | | | |

Em 1 de Dezembro de 1833

| | | | | | | | | | |
|----|--------|----|--------|-----------|-------|----|---------|----|--|
| 11 | peças | de | bronze | de | sítio | de | calibre | 24 | |
| 6 | » | » | » | » | » | » | » | 12 | |
| 9 | » | » | ferro | » | » | » | » | 24 | |
| 5 | » | » | » | » | » | » | » | 18 | |
| 2 | obuses | de | 7 | polegadas | e | 4 | linhas | | |

*

As sucessivas comissões que, a partir de 1859, se ocuparam do estudo da defesa da barra e do porto de Lisboa, todas elas foram concordes em utilizar, para aquele fim e incluída no plano geral, a Torre do Bugio⁽³⁰⁾.

Dois projectos, porém, alteravam profundamente a sua traça.

⁽³⁰⁾ Vide, do autor, *O Príncipe Real D. Carlos e a defesa do Porto de Lisboa*, Lisboa, 1956.

O primeiro, datado de 1864, previa a ampliação da torre numa bateria em forma de meia-lua com 3 ordens de fogos — 1 a barbete e 2 casamatadas — e preconizava a construção, no cachopo do Norte, de uma outra torre, esta circular e com quatro ordens de fogos.

O segundo, de 1875, transformava a torre em bateria couraçada com 2 andares de fogos em casamatadas. O respectivo orçamento atingia 570 con-



A Torre do Bugio na actualidade

(Foto da Base Aérea n.º 1)

tos de reis. Apesar de esta obra ter sido mandada executar em 1 de Janeiro de 1876 a verdade é que não chegou a ser iniciada.

Como consequência dos trabalhos da comissão nomeada em 1887, a que presidiu o então Príncipe Real D. Carlos, trabalhos de que veio a resultar a construção do Campo Entrincheirado de Lisboa, foi decidida a instalação no Bugio de quatro cúpulas com peças de tiro rápido de 7,5 cm, a que se seguiria a montagem de outras bocas de fogo de maior calibre.

Em 1902-1903 foram pelo, ao tempo, capitão de engenharia Augusto Vieira da Silva elaborados os estudos, projectos e orçamentos das obras a executar. Estas tiveram início em 1904 e começaram pela construção de uma cisterna com a capacidade de 150 m³, a que se seguiu a dos embasamentos para as duas cúpulas, a de Sueste e a de Sudoeste, e das potéras de comunicação para essas duas cúpulas. Foi levantada, também, uma ponte de descarga para o material de artilharia, do qual uma parte para ali chegou a ser conduzido e lá se conservou abandonado por largos anos. É que as obras não se chegaram a concluir por, entretanto, se ter reconhecido a inutilidade militar da torre. E, a partir de então o Bugio é apenas farol. Missão preme de humanidade, mais cristã.

*

Vem a talhe de foice referir, o que de resto não é novidade, que as mais recuadas notícias respeitantes ao alumramento da costa portuguesa se situam no século XVI. D. Fernando Coutinho, bispo do Algarve, «compadecido da muita necessidade que dele tinham os navegantes, a qual servia de dar luz e aviso em tempo de tempestade e noite escura para fugirem da costa e se fazerem ao largo desviando-se do perigo», mandou erigir no convento de S. Vicente, no cabo do mesmo nome, um farol cuja construção teve início em 1515. Anos andados, em 6 de Agosto de 1520, fez aquele prelado doação a el-Rei D. Manuel de três conventos, no número dos quais se incluía o de S. Vicente. O instrumento de doação menciona expressamente as casas do farol, que eram constituídas por uma sólida torre.

Mandado reedificar por D. João III, veio a ser arrasado por Francis Drake em 1587 e restaurado por ordem de Filipe II, de Espanha, em 1606.

O segundo farol de cuja existência há notícia data de 1557. Frei Agostinho de Santa Maria, ao narrar-nos as obras piedosas da Irmandade de Nossa Senhora da Guia, estabelecida em local que tinha o mesmo nome e situado a ONO da vila de Cascais, diz-nos que os respectivos irmãos ali construíram uma torre onde colocaram um farol de 4 ou 5 luzes e cujo alcance atingia cerca de 10 léguas (?). O farol era alumado a azeite e o consumo deste ia a uma pipa por ano. Só se acendia de Novembro a Março.

O alvará de 1 de Fevereiro de 1758 determinou a construção, nas costas de Portugal, de seis faróis: nas Berlengas, em Nossa Senhora da

Guia, «onde antes o houve» ⁽³¹⁾, na torre de S. Lourenço (Bugio), na de S. Julião da Barra, na foz do Douro e na costa de Viana do Castelo, e especificava: «os faróis estarão perfeitamente acesos durante a noite, e com fogos tais que sempre do alto mar e de longe se possam distinguir».

Quanto a S. Julião da Barra temos, porém, conhecimento de que já ali existia um farol aquando do cataclismo do 1.º de Novembro de 1755. É o que refere o padre Matias Marques Cardoso, prior da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, na torre de S. Julião da Barra, numa *Memória* incluída no *Dicionário Geográfico de Portugal* do padre Luís Cardoso, e que se arrecada na Torre do Tombo. Relata o autor da memória: «Tem esta fortaleza um farol em cima de uma altíssima torre que se levanta no meio da praça o qual se acendia de noite para guia das embarcações, do 1.º de Outubro até aos fins de Março, e em tudo o mais é um dos mais fortes e bem obrado de que se pode ver em toda a Europa, como afirmam muitos escritores. O nomeado farol caiu com o terremoto».

Pelo que diz respeito ao Bugio nada encontrámos, até agora, que nos leve a supor que já ali existisse um farol em data anterior à do citado decreto e, portanto, é de admitir que só ali tivesse sido instalado em época posterior à de tal providência, a qual veio a ser completada pelo decreto de 24 de Abril do mesmo ano.

O farol do Bugio sofreu grandes reparações em 1829 e foi substituído por outro de sistema rotativo em 1836. Em 1891 era de luz branca, de rotação completa, eclipses de 3 em 3 minutos, clarões com a duração de 10 segundos. O seu aluminação fazia-se com dezasseis candeeiros Argand de reflectores parabólicos. O alcance ia a 16 milhas. Este, hoje, vai até 25 milhas e o feixe de luz branca que varre a noite é interrompido de 20 em 20 segundos por um relâmpago verde.

Uma nota final:

Até 1910 muita gente que habitava na margem esquerda do Tejo, quando aos domingos a baixa-mar se verificava a horas favoráveis e o estado do tempo era de feição, ia a pé enxuto até ao Bugio para ouvir missa na pequenina capela da torre, cujo orago era — como não podia deixar de ser — São Lourenço.

⁽³¹⁾ Em 1868 foi estabelecida no forte de Santa Marta, a S. W. da cidadela de Cascais, uma luz de enfiamento com o farol da Guia, servindo para indicar a navegação do Canal Norte da barra do Tejo. Era equipado com um candeeiro de 3 torcidas, reflector parabólico e o seu alcance ia até 20 milhas.

ALVOROÇO

NA LISBOA SETECENTISTA

À VOLTA DO BARBADINHO

FREI ANDRÉ DE BÚRGIO

por FRANCISCO LEITE DE FARIA

UM frade leigo Barbadinho, natural da Sicília, passou por Lisboa, quando ia como auxiliar dos Missionários para Angola e quando de lá voltava, respectivamente em 1745-1746 e em 1763-1764. A fama de santidade que por toda a parte o seguia, fez com que as pessoas piedosas da corte portuguesa procurassem àvidamente vê-lo e obter por meio dele graças e favores.

Em 1772 morreu em Palermo e o povo começou logo a venerá-lo e a invocá-lo como santo. A sua causa de beatificação foi introduzida em Roma em 1835 e, em 1873, Pio IX aprovou-lhe a heroicidade das virtudes, a mais difícil parte do processo para o colocar nos altares. Hoje na Sicília muito trabalham nesta causa e, por isso, bem pode ser que um dia esse fradinho seja beatificado.

O mais antigo quadro que representa Fr. André de Búrgio, que assim se chamava esse Irmão leigo Barbadinho, quadro pintado pouco depois da sua morte, tem na parte inferior estes dizeres: *Frater Andreas a Burgio Siciliae, Italiae et Angolae Populis et Portugalliae praesertim Regibus et magnatibus ob eximiam sanctitatem apprime carus...*

Diversas gravuras do século XVIII, das quais aqui se reproduzem a que nos pareceu a mais antiga e melhor, ainda que tosca e imperfeita, obra de António Bova, artista que trabalhou em Palermo de 1750 a 1773, repetem os mesmos ou semelhantes dizeres, que significam ter sido Fr. André muito amado pelos povos da Sicília, da Itália, de Angola e principalmente pelos Reis e nobres de Portugal.

As biografias desse Venerável Religioso ⁽¹⁾ referem com bastantes pormenores as suas duas passagens por Lisboa; vamos historiar esses pormenores, procurando discernir o aceitável do que se não possa admitir. Assim contribuiremos para que se conheça melhor uma personagem que pertence ao número das muitas que honraram a nossa linda cidade.

Fr. André vivia no Convento dos Capuchinhos de Trápani, quando dois Religiosos dessa Casa, os Padres Onofre Maria e Joaquim Maria de Trápani estavam prestes a partir para as Missões de Angola em Abril de 1745 ⁽²⁾. Foi decerto isso que o animou a pedir para os acompanhar.

Fr. Sigismundo de Ferrara, Procurador Geral dos Capuchinhos, solicitara da Propaganda Fide licença de enviar para Angola um frade leigo. Em documento datado de 30 de Abril de 1745 diz que obteve essa autorização e vai dirigir-se a um Religioso, que para isso se oferecera; se este der o seu consentimento, apresentá-lo-á imediatamente para lhe passarem a respectiva nomeação ⁽³⁾. Na reunião da Propaganda, de 5 de Maio de 1745, examinou-se um requerimento do mesmo Procurador, a pedir instantemente licença de enviar para Angola um frade leigo, pois o único que lá estava tinha pouca saúde ⁽⁴⁾; se fosse atendido, o Irmão leigo iria com os dois sacerdotes prestes a partir ⁽⁵⁾.

O Religioso, que se tinha oferecido, era sem dúvida Fr. André, pois a 10 de Julho a Propaganda Fide, citando a anterior reunião do 5 de Maio, passou-lhe o decreto que o nomeava durante sete anos, auxiliar dos Missionários de Angola ⁽⁶⁾. A 13 de Julho o Procurador Geral assinou a carta obediencial em que lhe mandava seguir para aquela Missão com os Padres Joaquim Maria e Onofre Maria, ou na melhor e mais apropriada oportunidade ⁽⁷⁾.

⁽¹⁾ BALDASSARE ROMANO, *Vita del Venerabile Andrea dal Burgio*, Palermo, 1842 e 1858 numa segunda edição.

EUGENIUS VAN BORNHEM, *Levem van den Eerbiedweerdigen Dienaar Gods Andreas van Burgio*, Gand 1889.

ANTONINO DA CASTELLAMARE, *Vita del Venerabile Andrea da Burgio. Laico cappuccino della Provincia di Palermo*, Roma, 1921.

[CLARA SCOPPA], *Brevi Cenni di Vita del Venerabile Andrea da Burgio dei Minori Cappuccini*, Palermo, 1935 e 1938 em segunda edição.

⁽²⁾ A 20 de Março de 1745 a Propaganda Fide mandou ao Bispo de Mazara que os examinasse para ver se tinham a ciência requerida para serem Missionários. O exame fez-se no seguinte 30 de Abril e o Prelado frisou que o Padre Onofre tinha sido professor de Filosofia e Teologia nos colégios internos dos Capuchinhos e há muito que tinha licença de confessar e pregar na Diocese de Mazara (Arq. da Propaganda, *Africa*, vol. v, ff. 104-105).

⁽³⁾ *Ibidem*, f. 107.

⁽⁴⁾ Era o piemontês Fr. Luís de Poirino que, em 1740, fora mandado para Angola. No regresso deteve-se pelo menos um ano em Lisboa, de meados de 1747 a fins de 1748 (*Analecta... Capuccinorum*, vol. XXI, 1905, pág. 220 e *Animadversiones... contra Apologeticam responsionem*, s. 1. n. a., págs. 71 e 212).

⁽⁵⁾ Arq. da Propaganda, *Scritture riferite nelle Congregazioni generali*, vol. 723, f. 34r. Ver também *Acta*, 1745, f. 104, n.º 9.

⁽⁶⁾ *Ibidem*, *Africa*, vol. v.

⁽⁷⁾ Esta carta foi publicada em italiano por A. DA CASTELLAMARE, *ob. cit.*, pág. 49, onde se diz que é o doc. n.º 53 do Processo supletivo de Palermo, 1833, pág. 545.



Gravura de Fr. André de Búrgio (†1772), feita por António Bova, artista siciliano que trabalhou de 1750 a 1773.

Pouco depois, não sabemos a data precisa, estes três Religiosos embarcaram para Portugal; não tendo encontrado em Cádiz navio em que continuassem a viagem, seguiram a pé até Lisboa, o que deve ter demorado aproximadamente um mês. Como a travessia do Mediterrâneo e as negociações para o embarque costumavam ser também demoradas, os três Missionários só podem ter chegado à capital portuguesa, muito entrada já a segunda metade de 1745.

Hospedaram-se no Hospício dos Capuchinhos Italianos, junto a Santa Apolónia, acabado de ser construído, com uma linda igreja anexa, pela régia munificência de D. João V (*). Como era da praxe, aí se detiveram uns meses à espera da necessária documentação e do transporte para Angola.

Depressa correu pela cidade a fama de santidade do humilde fradinho e, por isso, muitas pessoas o queriam ver e conhecer, notabilizando-se nisso a Rainha Dona Mariana de Áustria, mulher de D. João V, e a Princesa Dona Mariana Vitória, esposa do Príncipe herdeiro que havia de ser D. José I. Destas duas Senhoras sabemos que andavam com frequência a visitar oficialmente igrejas, como no-lo referem as Gazetas de Lisboa, de 1745 e 1746. Não fizeram, contudo, nenhuma visita oficial à Igreja dos Barbadinhos Italianos, o que não quer dizer que não procurassem ver e conhecer Fr. André.

Alguns dos biógrafos atrás citados dizem-nos, que estando doente D. João V, recebeu a visita deste fradinho que o curou milagrosamente. De facto o Rei andava doente naqueles anos e continuou-o a estar, com períodos intercalados de melhoras, até falecer em 1750. A 6 de Outubro de 1745 fora ele para as Caldas, donde veio mais restabelecido e mais vigoroso em 21 do mesmo mês; para lá voltou em 28 de Abril de 1746 e regressou no seguinte 11 de Maio com boa saúde. A 26 de Setembro de 1746 o Magnânimo foi novamente para as Caldas da Rainha e reentrou em Lisboa a 8 de Outubro. Extraímos estas notícias da *Gazeta de Lisboa* (**), donde se infere que o Rei passou muito melhor de saúde o ano de 1746, mas não se conclui que isso fosse devido a uma visita que Fr. André de Búrgio lhe tivesse feito. Contudo, bem pode ser que os dois acontecimentos tenham coincido e que pessoas piedosas se tenham lembrado de os fazer depender um do outro. Acentuemos que as duas principais fontes de informação para a estada de Fr. André em Lisboa, a saber, o depoimento que ele próprio fez ao seu confessor um mês antes de morrer e o do seu

(*) A Igreja e o Hospício ainda hoje existem na Calçada dos Barbadinhos. Segundo o documento da venda do antigo Hospício a D. Lázaro Leitão, com data de 6 de Junho de 1742, o novo Hospício já estava então construído e os Capuchinhos deviam entregar a sua antiga casa, que é hoje o Lar de Nossa Senhora dos Anjos, na Páscoa de 1743 (*Animadversiones...*, págs. 203-204 e Porto, Bid. Mun., *Fundo Azevedo*, cód. 20, ff. 90v-96r). Para o altar-mor da Igreja pediu em 14 de Maio de 1743 o Padre Carbone ao Comendador Sampaio, em nome de D. João V, que em Roma lhe obtivesse do pintor Masucci um painel com a Senhora da Conceição e outro, mais pequeno, a representar o Padre Eterno (Bib. da Ajuda, cód. 49-viii-40, f. 263v), quadros que provavelmente são os que ainda se encontram no altar-mor da referida Igreja.

(**) Ano de 1745, págs. 812 e 840; ano de 1746, págs. 352, 392, 779 e 811.

companheiro e Superior em Angola, o Padre Rosário do Parco ⁽¹⁰⁾, nada dizem sobre esta pretendida cura milagrosa de D. João V.

Alguns dos citados biógrafos referem também que Fr. André apadrinhou na pia baptismal uma régia criança que então nasceu. De facto a Princesa Dona Mariana Vitória teve uma filha, a Infanta Maria Francisca Benedita, em 26 de Julho de 1746, a qual foi baptizada no seguinte 10 de Agosto, sendo padrinho o Papa Bento XIV, representado pelo Infante Dom Pedro, o futuro Dom Pedro III, marido da Rainha Dona Maria I. Não é verdade, portanto, que Fr. André tenha apadrinhado a Infanta no baptismo, nem isso teria acontecido sem dar grande brado. Contudo, teria podido o humilde fradinho assistir ao baptizado, se é que no 10 de Agosto de 1746 ainda se encontrava em Lisboa. Os depoimentos atrás citados também não indicam este suposto apadrinhamento duma Infanta.

O que estes depoimentos afirmam é terem os Reis de Portugal manifestado o desejo de que Fr. André ficasse em Lisboa. Três anos depois, como veremos, o Procurador Geral dos Capuchinhos mandou-o para o Hospício de Santa Apolónia, alegando que com isso comprazia a Corte Portuguesa. Supomos, portanto, que esta tinha de facto manifestado desejos de reter Fr. André, ainda que ignoramos se para isso deu alguns passos.

No Hospício dos Barbadinhos Italianos de Lisboa vivia-se então uma época de sobressaltos. Em 14 de Dezembro de 1744 morrera Fr. Francisco António de Sampierdarena, que durante muitos anos fora Superior dessa casa; só um ano depois, em 22 de Dezembro de 1745, lhe nomearam como sucessor o Padre Boaventura de Pontrémoli ⁽¹¹⁾, que viera do Brasil onde tinha sido Prefeito de Pernambuco (1734-1741) e Missionário na Baía (1742). Durante esses longos meses em que o Hospício esteve sem chefe, por o Procurador Geral de Roma o não nomear, recebeu-se que tirassem o governo da Casa aos Capuchinhos de Génova que havia muitos anos o mantinham; assim o disse João Álvares da Costa ao Secretário Marcos António de Azevedo Coutinho em 5 de Fevereiro de 1748 ⁽¹²⁾. A 7 de Março de 1747 o Padre João Crisóstomo de Génova escrevia de Pernambuco ao Padre Boaventura de Pontrémoli a avisá-lo da chegada do Missionário Amaro de Lezzano e a pedir que o despachassem depressa para Itália, pois pelas suas boas qualidades seria muito capaz de se fixar no Hospício de Lisboa, retido pela devoção de alguns magnates ⁽¹³⁾.

Não admira, portanto, que os Capuchinhos Genoveses, vendo a

⁽¹⁰⁾ Estes depoimentos, assim como muitíssimos outros, conservam-se manuscritos num códice do Arq. da Procuradoria Geral dos Capuchinhos em Roma (*Articoli sopra la vita e virtù... del Servo di Dio Frate Andrea dal Burgio... composti da Frate Ottavio da Palermo*).

⁽¹¹⁾ *Analecta*, vol. cit., págs. 156-157, 185 e 247.

⁽¹²⁾ *Animadversiones...*, pág. 110.

⁽¹³⁾ *Ibidem*, pág. 215. Data-se aí esta carta de 7 de Março de 1744, mas é engano, pois o Padre Boaventura só foi nomeado Superior de Lisboa em 22 de Dezembro de 1745. Por isso a carta deve ser de 1746 ou, mais provavelmente, de 1747.

muita veneração que a gente da corte tinha com Fr. André e o desejo que a mesma manifestava de o conservar em Lisboa, fizessem todo o possível para o desacreditar e despachar quanto antes. Muito então o teriam feito sofrer. Quiseram até denunciá-lo à Inquisição, o que decerto não levaram a efeito por nada se encontrar sobre esse facto nos papéis do Santo Ofício, na Torre do Tombo, e chegaram a acusá-lo ao Núncio. Este, que era Monsenhor Lucas Tempi, Arcebispo de Lacedemónia, muito amigo dos Capuchinhos Genoveses a quem visitava com frequência, procurou persuadi-lo a ir-se embora quanto antes, ao que o bom do fradinho respondeu que estava disposto a fazer o que os Superiores lhe mandassem. Referindo-se depois o Núncio ao concurso de gente e à fama que rodeava Fr. André, este disse-lhe que tudo isso se devia atribuir a Deus e ajuntou: *Se Deus se quer servir deste burro, o que é que eu hei-de fazer?* E o Ilustríssimo Monsenhor não soube que coisa responder. Os Barbadinhos do Hospício acusaram-no também ao Procurador Geral da Ordem, que não fez caso dessas acusações.

Dado todo este burburinho alevantado à volta de Fr. André, não admira que a corte de Lisboa desistisse de o fazer ficar no Hospício de Santa Apolónia. Chegando-lhe o tempo de partir, deixaram-no embarcar para Angola. Uma Senhora quis então dar-lhe uma bolsa cheia de lisboninas, moedas de oiro do valor de 6\$400, dizendo-lhe que as distribuisse entre os pobres, ao que o bom Religioso respondeu que o fizesse ela e não ele, a quem como Capuchinho estava proibido manusear dinheiro. Outra Senhora enviou-lhe ao Hospício grande provisão de biscoito, queijo e outros alimentos, e Fr. André tudo devolveu para trás.

Pouco depois seguiu para Angola, em data que não podemos precisar. Chegou a Luanda aproximadamente em fins de 1746 ou princípios de 1747, pois a 15 de Dezembro de 1752 faltava-lhe um ano para acabar os sete de permanência na Missão, como o comunicou para Roma o Superior dos Missionários Fr. Jacinto de Bolonha ⁽¹⁴⁾. Se as crónicas dos Hospícios dos Capuchinhos em Pernambuco e no Rio de Janeiro não têm nenhuma lacuna em 1746, Fr. André não passou por essas cidades, mas podia tê-lo feito pela Baía, como também podia ter ido directamente de Lisboa para Luanda. Esta última viagem demorava uns dois ou três meses; a passagem pela Baía alongava esse prazo uns dois meses mais. Podemos, portanto, supor que Fr. André saiu de Lisboa na segunda metade de 1746.

Deve ter seguido em navio estrangeiro, pois os dois depoimentos atrás citados referem um precalço que lhe aconteceu na viagem: um marinheiro protestante ou um dos oficiais do navio, quando Fr. André estava a preparar a comida para os dois Padres companheiros, deu-lhe

(14) Arq. da Propaganda *África*, vol. v, f. 229.



*A Igreja dos Barbadinhos Italianos, que hoje serve de paroquial
à freguesia de Santa Engrácia.*

inesperadamente um violento pontapé e o bom do frade continuou com toda a calma o trabalho em que se ocupava. O Padre Rosário do Parco acrescenta que Fr. André teve então muito que sofrer por causa do patrão da nave, que era um protestante, e ajunta, para as valorizar, que soube estas notícias pelo Padre Onofre, que a tudo tinha assistido ⁽¹⁵⁾.

Parece, portanto, que Fr. André não embarcou na frota de dezassete navios, que saíram de Lisboa para a Baía em 23 de Abril de 1746 ⁽¹⁶⁾. Em Maio desse ano a caravela *Nossa Senhora dos Remédios* zarpu de Lisboa para Angola, aonde chegou em Setembro; em Novembro partiu a *Nau de Licença*, que entrou em Luanda em Fevereiro de 1747 ⁽¹⁷⁾. Pode ser que o novo frade leigo tenha seguido em um destes barcos, mas como dissemos, parece mais provável que viajasse em um dos navios estrangeiros, que de Lisboa iam para Angola, a fim de aí carregarem escravos que levavam para o Brasil.

Em 13 de Março de 1746 tinha sido sagrado em Lisboa o novo Bispo de Angola, o Carmelita descalço Fr. Manuel de Santa Inês, que só em princípios de 1747 partiu para a sua diocese, aonde chegou em 27 de Junho, levando em sua companhia o Padre Rosário do Parco. Fr. André já estava então em Luanda, mas em Lisboa talvez tivesse assistido, na Basílica Patriarcal, à sagração de quem ia ser o Bispo da região onde durante muitos anos havia de trabalhar por Deus e pelas almas.

Deixando de lado o que aí lhe aconteceu, detenhamo-nos na tentativa de o trazer para Lisboa em 1748. A 25 de Abril desse ano, o Procurador Geral dos Capuchinhos escreveu-lhe a dizer que o tinha destinado para o Hospício de Santa Apolónia, a fim de comprazer a Real Corte de Portugal; dava-lhe, por tanto, o mérito da obediência para se transladar na primeira ocasião ao seu novo posto ⁽¹⁸⁾.

A deposição feita pelo confessor de Fr. André, segundo o que este lhe contou um mês antes de morrer, refere que D. João V, arrependido de ter deixado partir o fradinho leigo para Angola, escreveu ao Procurador Geral a pedir que lho mandasse para Lisboa. O Procurador atendeu o pedido do monarca, a quem enviou pessoalmente a carta obediencial que chamava Fr. André. O Rei entregou-a a uma pessoa de confiança, que a fez chegar às mãos do Irmão leigo, mas este, sabendo que essa carta tinha sido alcançada contra a vontade dos Superiores que o queriam em Angola, não fez caso dela, nada disse a ninguém e continuou tranquilamente em Luanda ⁽¹⁹⁾.

Estas afirmações não devem corresponder à verdade, pois entre

⁽¹⁵⁾ *Articoli...*, págs. 113, 209-210 e 217.

⁽¹⁶⁾ *Gazeta de Lisboa*, 1746, pág. 339.

⁽¹⁷⁾ Arq. histórico ultram., *Papéis avulsos, Angola*, 30/IV/1747 c 7/XI/1747.

⁽¹⁸⁾ A. DA CASTELLAMARE, *ob. cit.*, págs. 64-65 transcreve esta carta, que diz ser documento n.º 54 do Processo supletivo de Palermo, 1833, pág. 546.

⁽¹⁹⁾ *Articoli...*, pág. 112.

os Capuchinhos está mandado que as obediências se enviem por meio dos Superiores e nunca por mãos de pessoas seculares. Por outra parte, tudo indica que a vontade do Procurador Geral era trazer Fr. André para Lisboa e, por isso, este teria abertamente desobedecido à ordem do seu Superior, se sem dizer nada a ninguém e fiando-se apenas na sua impressão pessoal, não tivesse feito nenhum caso da carta que recebera.

Mais consentâneo à verdade é o depoimento do Padre Rosário do Parco, que tinha chegado a Angola em meados de 1747 ⁽²⁰⁾. Refere este que a Corte de Portugal pediu em Roma que enviassem Fr. André para Lisboa. Tendo chegado a carta, em que se lhe dava esta ordem, às mãos do Superior do Hospício de Santa Apolónia, este entregou-a a um Missionário que ia partir para Angola, dando-lhe o encargo de fazer com que o Vice-prefeito não deixasse voltar o Irmão leigo. O Vice-Prefeito assim o fez, dizendo a Fr. André que aquela carta tinha sido escrita contra a vontade dos Superiores que o queriam em Angola e mais não foi preciso para que o bom do fradinho ficasse sossegado e não fizesse caso algum do papel que recebera ⁽²¹⁾.

Para explicar a ordem dada pelo Procurador Geral devemos referir o que então sucedia entre os Barbadinhos de Santa Apolónia. Era seu Superior desde 23 de Setembro de 1747 o Padre João Crisóstomo de Génova, que viera de Pernambuco. O Procurador Geral Luís de Turim, tendo queixas de que esse Superior tratava mal alguns Missionários qua passavam por Lisboa e não deixava cumprir cartas obedienciais que lhe mandara chamando para Itália alguns Capuchinhos Genoveses que moravam no Hospício, decidiu substituí-lo. Por isso a 25 de Abril de 1748 assinou a carta obediencial, que destinava para Lisboa como Superior do Hospício o Padre Clemente de Niza, da Província de Roma; por companheiros deu-lhe os Padres Iluminado de Borgo, da Província da Umbria, Félix de Pontalier e Arcanjo de Frascáti, da Província de Roma, com o leigo Fr. Félix de Perúgia, da Umbria, todos os quais o deviam acompanhar na viagem.

Ao mesmo tempo que os despachava para Lisboa, o Procurador Geral deu-lhes cartas obedienciais que mandavam recolher para a Itália os Padres João Crisóstomo de Génova, José de Castelfranco, João de Nove, Estêvão António de Génova e os leigos Fr. Bartolomeu de Pontrémoli e Fr. Carlos de Voltri, todos da Província de Génova e moradores no Hospício de Santa Apolónia.

Nesse mesmo dia 25 de Abril o Procurador Geral assinou a obediência que destinava para Lisboa Fr. André de Búrgio, residente em Angola, alegando como motivo ser essa a vontade da Real Corte de Portugal. A coincidência da data e o facto de se tirarem de Lisboa

⁽²⁰⁾ A crónica do Hospício dos Capuchinhos de Pernambuco diz que o Padre Rosário passou por aquele Hospício a caminho de Angola em Março de 1747.

⁽²¹⁾ *Articoli...* pág. 209.

quatro Sacerdotes e dois Irmãos leigos, enviando-se para os substituir outros tantos Religiosos de cada uma dessas categorias, fazem-nos suspeitar que não tivesse havido então um pedido da Corte portuguesa a requisitar Fr. André; decerto acontecera apenas que, anos atrás, a Corte tinha manifestado desejos de o reter e, para lhe agradar, o Procurador Geral mandava-lho agora, ao mesmo tempo que solucionava uma dificuldade do seu governo.

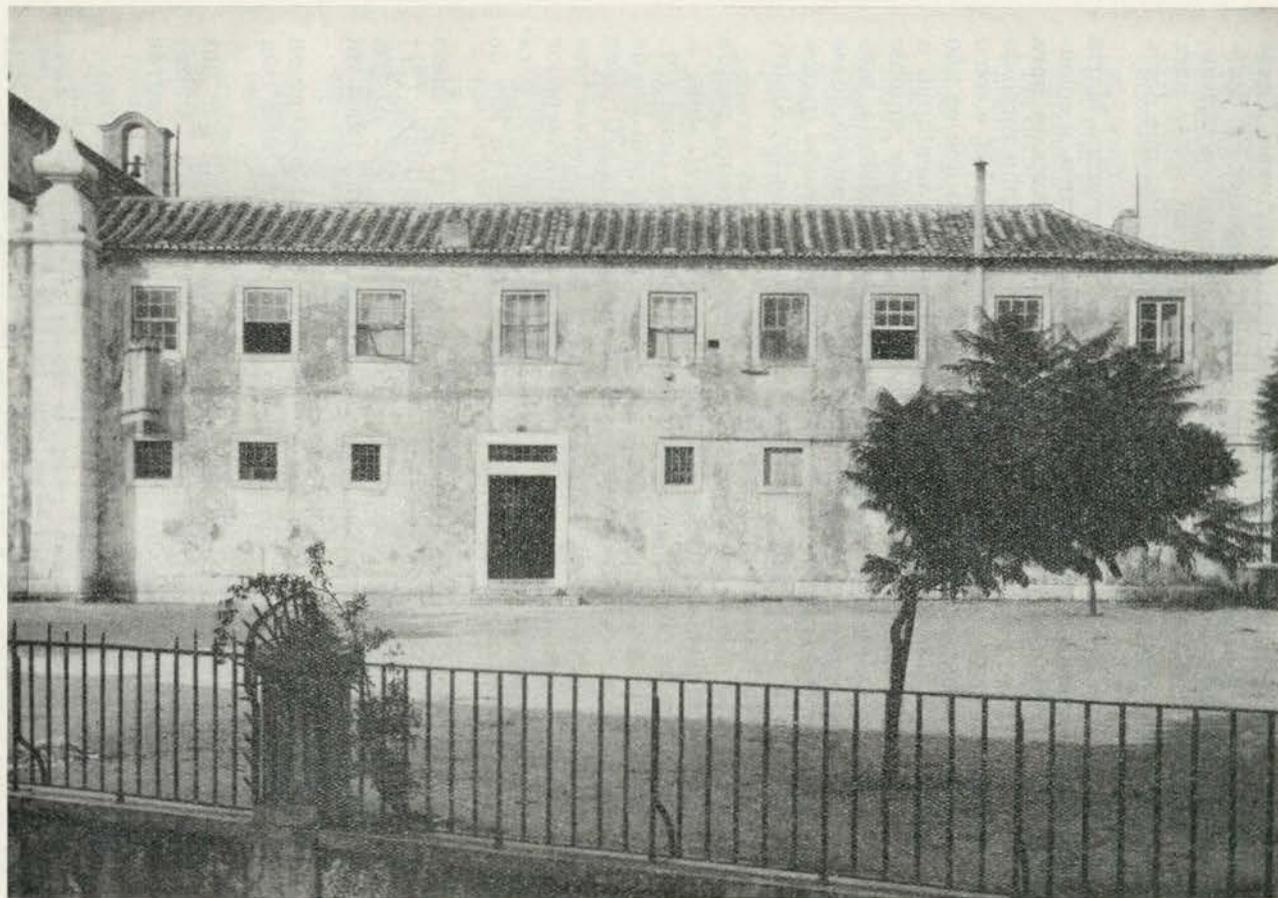
Os cinco Barbadinhos que da Itália seguiam para o Hospício de Lisboa, encontraram em Liorne cinco Missionários que para lá também se dirigiam a caminho de diversas Missões. Eram os Padres Francisco de Brisighella, que ia para Pernambuco, José Maria de Nápoles e Boaventura de Presicce, destinados para S. Tomé, Agostinho Maria de Vinchio e Ambrósio de Ricaldone, designados para Angola.

O Padre Clemente ou o Procurador Geral entregou a um dos Missionários que iam para Angola a carta obediencial de Fr. André. Aconteceu que durante a viagem os Missionários não se deram bem com os Capuchinhos destinados para o Hospício de Santa Apolónia e, chegados todos a Lisboa em 8 de Julho de 1748, os primeiros foram acolhidos no Hospício, com toda a amabilidade decerto, e os outros tiveram de se recolher nos Barbadinhos Franceses, na actual Rua da Esperança, por o Padre João Crisóstomo se recusar a recebê-los.

Tinha este obtido de D. João V um Aviso passado em 7 de Maio de 1748 pelo Secretário Marcos António de Azevedo Coutinho, onde se lhe dizia que o Hospício continuaria a ser governado e habitado por Capuchinhos Genoveses e que não deixasse aí residir nenhum Religioso que não fosse da Província de Génova⁽²²⁾. Um tal Aviso seria muito estranho, se pouco antes se tivesse pedido a Roma que mandassem Fr. André para Lisboa; o facto seria decerto aproveitado, e não o foi, no livro *Animadversiones*, várias vezes citado, onde se procura provar que o Aviso era sub-reptício e ob-reptício. Isto mais nos confirma na suspeita de que não houve então tal pedido, mas apenas, anos atrás, tinha a Corte feito transparecer desejos de que o bom do frade leigo não sáisse do Hospício de Santa Apolónia.

Devido ao Aviso do Secretário Azevedo Coutinho, o Padre Clemente e os seus companheiros, apesar das ordens que traziam dos Superiores Gerais de Roma, não puderam entrar no Hospício dos Barbadinhos Italianos. Esta situação anormal continuou até 1752, mas em 1758, pela prepotência do Marquês de Pombal, os Capuchinhos Genoveses voltaram para o Hospício de Santa Apolónia, donde só saíram em 1778, pouco depois de subir ao Trono Dona Maria I, e em seu lugar entraram Barbadinhos de qualquer das Províncias Italianas.

⁽²²⁾ Porto, Bib. Mun., *Fundo Azevedo*, cód. 20, ff. 96v-97r e *Animadversiones...*, págs. 191-192.



O Hospício dos Barbadinhos Italianos, em Santa Apolónia, como hoje se encontra e onde viveu muitos meses Fr. André de Búrgio.

Voltemos a Fr. André de Búrgio que continuava em Angola. Desde 1759, levava já ele treze anos de Missionário, tinha o Superior Fr. Rosário do Parco avisado o Governador de Angola, António de Vasconcelos, de que tanto ele, Fr. Rosário, como Fr. André, queriam voltar para Europa logo que acabasse os sete anos do seu Superiorato, que devia ser em fins de 1761 ou princípios de 1762 ⁽²³⁾.

A 27 de Fevereiro de 1762 o Procurador Geral Jerónimo Maria de Caltanissetta escreveu por terceira vez ao Padre Rosário, a comunicar-lhe que, terminado o tempo do seu Superiorato, voltasse para Itália com Fr. André de Búrgio. O Superior, que não tinha recebido as duas cartas anteriores, recebeu esta a 24 de Agosto de 1762, e como o Marquês de Pombal mandara em 4 de Agosto de 1760 que se não executassem as obediências vindas de Roma sem as apresentarem à autoridade civil, foi entregar a carta recebida ao Governador António de Vasconcelos. Fez-lhe ver que não precisava dessa obediência, pois tinha já completado os sete anos de Superiorato, e como estava quase cego e tinha adquirido muitas moléstias em Angola durante quinze anos, pensava partir quanto antes, levando em sua companhia Fr. André, que havia dezasseis anos ali se encontrava.

O Governador não se recusou a dar a ambos a licença pedida e, em 15 de Setembro de 1762, comunicou o facto a D. José I, enviando-lhe cópia da obediência passada pelo Procurador Geral ⁽²⁴⁾.

Fr. Rosário dissera que pensava voltar para Europa pelo Rio de Janeiro e por Lisboa. Pelo Rio parece que não passou, pois a Crónica do Hospício dos Capuchinhos nessa Cidade não o diz; por Lisboa teve necessariamente de passar e aí se encontrou com o antigo Governador de Angola, Dom António Álvares da Cunha, que estava nomeado para ir governar o Brasil com o título de Vice-Rei e com sede no Rio de Janeiro.

O decreto régio da sua nomeação foi passado a 11 de Maio de 1763 e a carta patente foi-lhe dada no seguinte 20 de Junho ⁽²⁵⁾; em meados de Agosto embarcou para o Rio de Janeiro. Fr. André, portanto, que acompanhava o Padre Rosário, já estava em Lisboa em meados de 1763.

Passando a descrever o que lhe aconteceu na capital portuguesa nesta sua segunda passagem, detenhamo-nos antes de outra coisa com um caso sucedido a Dom António Álvares da Cunha.

O Padre Rosário do Parco, na sua deposição, referiu que um Governador de Angola era muito amigo e devoto de Fr. André; recebia-o com frequência e tinha dado ordens para o deixarem entrar

⁽²³⁾ Fr. Rosário tinha sido nomeado Prefeito ou Superior dos Capuchinhos de Angola em 1754, mas esta notícia chegou-lhe, pelo menos, vários meses depois (*Analecta...*, XXI, 1905, págs. 216 e 219).

⁽²⁴⁾ A carta do Governador com a cópia da obediência está no Arq. hist. ultram., *Papéis avulsos, Angola*, 15/ix/1762.

⁽²⁵⁾ *Ibidem*, cód. 144, ff. 148v-149r e *Papéis avulsos, Angola*, 11/v/1763.

no Palácio do Governo, sempre que aparecesse à porta. Estando uma vez doente, esse Governador recebeu a visita do fradinho que, afiançando-lhe que voltaria vivo para Portugal, o curou imediata e completamente. Quando Fr. André passou por Lisboa a caminho da Itália, encontrou-se com esse antigo Governador que estava nomeado para ir governar o Brasil e muito receava a viagem que ia fazer e o clima em que ia viver. O bom do frade disse-lhe que sossegasse, pois faria felizmente a viagem em mês e meio e voltaria depois de três anos para Portugal. O Padre Rosário ajunta que soube terem-se verificado essas predições ⁽²⁶⁾.

O caso só pode ter sucedido com Dom António Álvares da Cunha, que governou Angola de 1753 a 1758 e, dissemos atrás, em 1763 foi para o Brasil com o título de Vice-Rei. Em Angola esteve de facto muito doente, ou antes, esteve quase sempre doente, de 1755 em diante, atacado decerto com maleitas africanas. Em Maio desse ano esteve quase a morrer e a convalescença durou-lhe vários meses. Em Maio de 1756 voltou a estar doente e a doença prolongou-se igualmente por vários meses. Em Março de 1757 escreveu que ficava com a doença comum, havia então uma espécie de epidemia em Luanda, tolhido e cheio de dores, impedido, portanto, de fazer alguma coisa durante muito tempo. Em 16 de Janeiro de 1758 escreveu: *Não tenho tido ha mais de dous annos e meyo tres dias de completa saude... e esta a tenho prezentemente tão debilitada que pouco util sou já ao Real Serviço* ⁽²⁷⁾.

Não parece, portanto, que a visita de Fr. André, se teve lugar antes de 1758, tenha efectivamente curado o Governador; talvez o melhorasse sensivelmente, o que já era bastante. Pode ser, contudo, que a visita tenha sido feita entre meados de Janeiro e Outubro de 1758, mês em que o Governador entregou o cargo ao seu sucessor e se retirou para Portugal. Dom António da Cunha, em várias cartas, manifesta o receio de deixar os ossos em África e, por isso, quadra muito bem o afiançamento que lhe teria dado o humilde fradinho e que de facto se verificou, pois voltou vivo para Portugal.

Estranha que Dom António Álvares da Cunha não tivesse patenteado, nas muitas cartas que dele se conservam, grande simpatia pelos Capuchinhos e que não tivesse pedido para Lisboa que lhe enviassem mais Missionários dessa Ordem, como o fizeram durante quase dois séculos muitos Governadores de Angola. Em 2 de Abril de 1755 chegou mesmo a escrever que esses Religiosos, ainda que de vida exemplar, eram inúteis em África, por não saberem falar português e muito menos a língua dos pretos; por isso propunha que, para as Missões do interior, abandonadas em grande parte pelos

⁽²⁶⁾ *Articoli...*, pág. 212.

⁽²⁷⁾ Arq. hist. ultram., *Papéis avulsos, Angola*, 16/1/1758, 22/1/1756, 16/V/1756, 10/III/1757 e 14/III/1757.

Capuchinhos por falta de pessoal, se enviassem padres indígenas devidamente formados ⁽²⁸⁾, utopia acariciada desde tempos antigos por muito boa gente. Pode ser, contudo, que depois daquela data tenha mudado de parecer, ainda que o não diga em nenhuma das cartas que até hoje dele se conservam. Não esqueçamos, porém, que no tempo da ditadura do Marquês de Pombal poderia ser comprometedor louvar os frades e pedir Missionários estrangeiros, imediatamente dependentes da Santa Sé, como o eram os Barbadinhos.

Não admira que Fr. André fosse visitar em Lisboa o antigo Governador de Angola, prestes a partir para o Brasil, e dado o feitio do Conde da Cunha, Dom António tinha sido pouco antes agraciado com esse título, muito provável é que receasse a viagem e o clima do Rio de Janeiro. A predição que lhe fez o humilde fradinho mais ou menos verificou-se: o novo Vice-Rei fez a viagem em menos de dois meses, pròpriamente em cinquenta e sete dias ⁽²⁹⁾, e voltou para Portugal em 23 de Dezembro de 1767 ⁽³⁰⁾, depois de quatro anos de governo, vindo a falecer em Lisboa, com avançada idade, em 9 de Julho de 1791 ⁽³¹⁾.

Nesta segunda passagem pela capital portuguesa Fr. André demorou-se um ano e meio, isto é, de meados de 1763 até fins de 1764 aproximadamente. Tinha chegado muito doente, parecia quase um moribundo, e o Padre Rosário temia até que o não levaria vivo para o Convento. Curado com os bons ares e melhor clima desta nossa cidade, começou uma outra vez a fazer de todos os que o abordavam grandes admiradores das suas virtudes. Não teve, contudo, grande concurso de gente a procurá-lo, como acontecera dezassete anos antes, *por algumas importantes razões de estado a que era totalmente estranho*. A Rainha Dona Mariana Vitória ansiava sumamente falar com ele, mas não o podia fazer *por algumas circunstâncias da Corte motivadas por certas turbulências que então aconteciam*.

Assim o diz no seu depoimento o Padre Rosário ⁽³²⁾, que se refere decerto às perturbações causadas pela política despótica do Marquês de Pombal; tristemente a *Gazeta de Lisboa*, que nos poderia dar algumas luzes sobre o caso, não se publicava então, por ter sido suprimida em 1762 pelo famigerado Marquês.

O Padre Rosário continua a dizer no seu depoimento que a Rainha, não podendo encontrar-se com Fr. André, servia-se do seu professor de Música, um sacerdote chamado Dom Lucas, para comunicar com o humilde fradinho ⁽³³⁾. De facto, o italiano Dom Lucas

⁽²⁸⁾ *Ibidem*, 2/IV/1755.

⁽²⁹⁾ Assim o diz ele próprio em carta de 17 de Dezembro de 1763, conservada no Arq. hist. ultram., entre os *Papéis avulsos* do Rio de Janeiro.

⁽³⁰⁾ Tinha entregado o governo ao seu sucessor em 17 de Novembro de 1767 (*Compendiosa Notícia histórica do Hospício dos Religiosos Capuchinhos na Cidade do Rio de Janeiro*, em FRANCESCO SAVERIO, *I Cappuccini genovesi*, IV, Génova, 1929, págs. 87-88).

⁽³¹⁾ *Gazeta de Lisboa*, 1791, n.º 27, segundo suplemento, 16 de Julho.

⁽³²⁾ *Articolí...*, págs. 269 e 216.

⁽³³⁾ *Ibidem*, págs. 269-270.

Gióvine foi durante muitíssimos anos Mestre de Música da Princesa e depois da Rainha Dona Mariana Vitória e o seu retrato está pintado no tecto da Sala dos Embaixadores no Palácio de Queluz, onde se representa uma festa musical na Corte, no tempo de D. José I ⁽³⁴⁾.

Prossegue ainda o Padre Rosário a dizer que Fr. André, durante esta sua segunda estada em Lisboa, tinha muitas vezes de acompanhar o Superior do Hospício nas frequentes visitas, que este fazia aos Genoveses estabelecidos na cidade ou nos arredores, onde às vezes se demorava uns quinze dias. Isto fazia-o sofrer muito, pois durante o caminho seguia calado detrás do Superior e, nas casas em que entrava, calado assistia a intermináveis conversas e a grandes banquetes ⁽³⁵⁾. Esse Superior era o genovês Francisco Maria de Alássio, que fora para Lisboa em 1758 com o encargo de governar o Hospício; de tal modo se agarrou a este emprego que, em 1765, quando de Roma lhe mandaram um substituto, recusou-se teimosamente a entregar o cargo, que reteve até 1772, ano em que faleceu ⁽³⁶⁾.

No depoimento feito pelo confessor de Fr. André, conforme o que este lhe dissera um mês antes de morrer, lê-se que nesta segunda estada em Lisboa o Rei, a Rainha e a filha, decerto a futura Dona Maria I, queriam-no reter, mas o humilde Religioso, aproveitando uma ocasião em que a Família Real estava no campo e sem dizer nada a ninguém, partiu para a Itália ⁽³⁷⁾. Para comprovar este facto, só encontrámos que, no Rio de Janeiro, se soube em 1764 que o *R. Frei Vice Prefeito*, que fora de Angola para Lisboa, tinha recebido ordem da Secretaria de Estado para ficar na capital até nova disposição e suspender a viagem para Itália, que muito desejava fazer ⁽³⁸⁾. Como não havia então nenhum Vice-Prefeito vindo de Angola, mas sim o ex-prefeito Rosário do Parco, as palavras *R. Frei Vice Prefeito* têm de ser má leitura ou errada grafia em vez de *R. P. Rosário Prefeito*.

A ordem de ficar em Lisboa referia-se decerto, mais do que ao Padre Rosário, a Fr. André de Búrgio, que difficilmente ficaria sozinho sem o companheiro, nem sem ele faria a viagem para Itália. O Superior do Hospício, contudo, só queria em Lisboa Barbadinhos Genoveses e, por isso, se não ajudou a partida dos dois frades, não a impediu e com ela se alegrou.

Alguns dos biógrafos de Fr. André dizem que a viagem que este fez de Lisboa até Palermo foi miraculosa, isto é, desapareceu um dia

⁽³⁴⁾ Sobre Dom Lucas Gióvine, que morreu em 1782 com avançada idade, veja-se ERNESTO VIEIRA, *Diccionario biographico dos Musicos portuguezes*, I, Lisboa, 1900, pág. 461.

⁽³⁵⁾ *Articoli...*, pág. 270.

⁽³⁶⁾ *A alecta...*, vol. cit., pág. 157.

⁽³⁷⁾ *Articoli...*, pág. 113. Segundo a correspondência da Rainha Dona Mariana Vitória para a sua família em Espanha, a Corte em Outubro de 1764 foi para Mafra e em Janeiro de 1765 para Salvaterra; por altura duma dessas datas, portanto, Fr. André embarcou para Itália. Muito agradecemos ao Sr. Dr. Caetano Beirão ter-nos deixado examinar a transcrição da referida correspondência, que bem merecia ser editada, para assim termos o segundo volume das Cartas da Rainha Mariana Vitória.

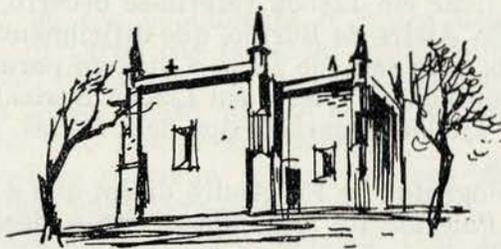
⁽³⁸⁾ *Compe diosa Noticia...*, em *ob. cit.*, pág. 85.

do Hospício de Santa Apolónia e à mesma hora apareceu à porta do Convento de Palermo. Isso seria coisa verdadeiramente extraordinária, mas devemos-la rejeitar como falsa, pois o Padre Rosário refere no seu depoimento que fez a viagem de Lisboa até Génova em um barco, e de Génova até à Sicília em outro barco ⁽³⁹⁾.

Os citados biógrafos ajuntam ainda que D. José I mandou alguém à Sicília para saber notícias de Fr. André; este, ao ver o enviado, disse-lhe logo: *Sei donde vens e quem és. Vai dizer ao teu Senhor que eu estou na Sicília.* A um outro enviado ou a esse mesmo disseram-lhe que comunicasse ao Rei que, se o quisesse, lhe mandariam para Lisboa o fradinho; D. José I respondeu que o deixassem ficar na Sicília, mas quando morresse lhe enviassem uma relíquia, e de facto mandaram-lhe o capuz de Fr. André. Destes factos apenas podemos dizer que são problemáticos, por as duas deposições várias vezes citadas não os indicarem.

Tais são os pormenores referentes às duas passagens de Fr. André de Búrgio por Lisboa. Ainda que de alguns desses pormenores tenhamos mostrado a pouca ou nenhuma veracidade, não quisemos, contudo, diminuir, de qualquer maneira que fosse, as virtudes do humilde Leigo Barbadinho. Muito nos alegraríamos de o vermos um dia nos altares, pois seria um Santo mais, relacionado com esta nobre e bela Lisboa, pela qual todos sentimos inexprimível carinho .

(39) *Articoli...*, pág. 216.



Uma Pintura de Júlio de Castilho

pelo Dr. RAYMUNDO W. QUINTANILHA E MENDONÇA

No número 80 deste Boletim veio a lume um artigo do nosso consócio e ilustre Secretário-Geral dos «Amigos de Lisboa» Doutor Eduardo Neves, intitulado «Um desenho à pena de Júlio de Castilho» que li com o maior interesse tanto mais que é minha propriedade, há alguns anos, uma pintura também da autoria de Júlio de Castilho.

Apressei-me a comunicar o facto ao Doutor Eduardo Neves que, amavelmente, me convidou a vir trazer esta breve notícia ao Boletim do nosso Grupo, atenção que muito me sensibilizou e muito honrosa considero. Aqui deixo ao nosso erudito e activo Secretário-Geral os mais sinceros agradecimentos.

A obra em referência é uma pequena pintura a óleo sobre tela com as dimensões de 45,2 x 36,2 cm. Muito embora não assinada pelo seu autor sabemos ser, sem sombra de dúvida, um trabalho de Júlio de Castilho não só por tradição familiar mas também porque, na parte posterior da própria tela, tem colada uma etiqueta de papel com uma dedicatória autógrafa do autor da «Lisboa Antiga». Uma impertinente mancha de humidade apagou ou enfraqueceu o escrito mas é possível ainda ler-se, com facilidade, na gravura que a seguir se publica:



A etiqueta citada

A pintura representa uma vista da Casa dos Vargos e algumas casas da aldeia dos Vargos, freguesia de Vila do Paço — antigamente Carrascos — situada a 500 metros da estrada de Tomar a Torres Novas e onde a cerca de 8 quilómetros desta vila se encontra o portão da esplêndida mata de cedros seculares que o ciclone de 1941 destruiu quase totalmente.

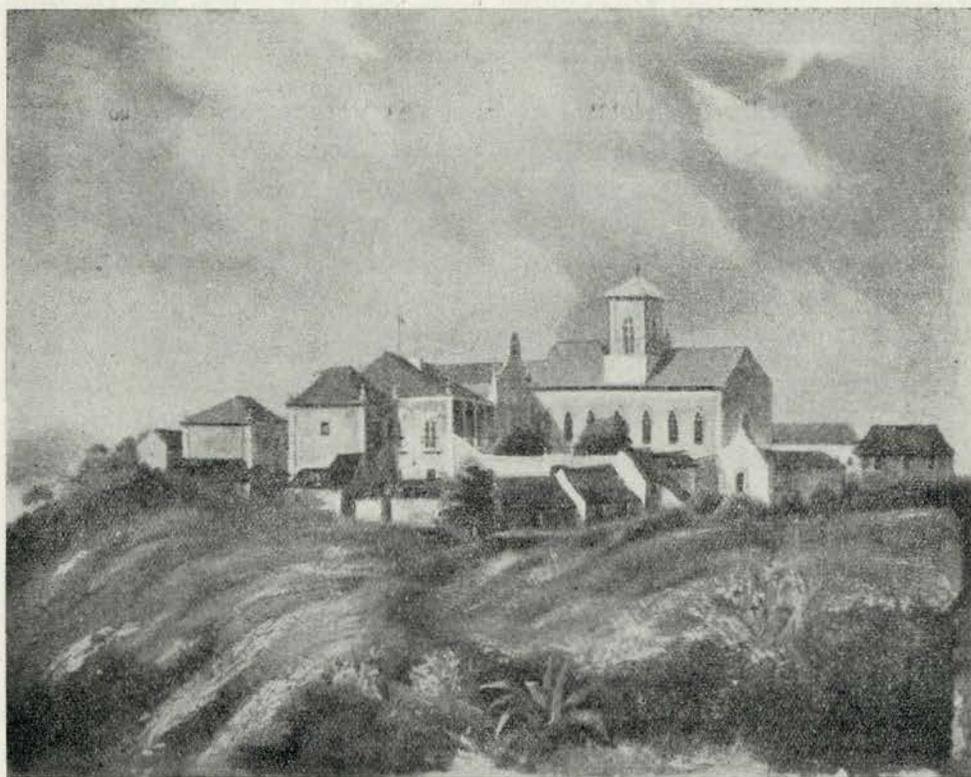
A Casa dos Vargos «grande residência do século XVII» (1) foi pertença do Capitão Manuel Lopes Moreira passando depois para a família do Desembargador Simão José de Faria Pereira, casado com D. Leonarda de Faria Pereira, avós de João de Sá e Meneses Pais do Amaral Faria Pereira que casou com D. Maria Joana de Sousa e Barros Leitão Carvalhosa, filha dos Viscondes de Santarém, que foram os pais de Simão Pais de Faria Pereira, Fidalgo da Casa Real, Senhor das Casas dos Vargos e Caneiro, de vários morgadios, Comendador de Nossa Senhora de Vila Viçosa e que nasceu a 8 de Novembro de 1838 e faleceu a 16 de Julho

(1) Cf. *Inventário Artístico de Portugal*, «Distrito de Santarém», vol. III, pág. 140, Est. CLXVII e LVIII.

de 1890 tendo sido casado com minha tia-avó D. Maria do Pilar Leite Sérgio de Sousa, filha do Vice-Almirante Visconde Sérgio de Sousa, ajudante às ordens de El-Rei D. Luís, Governador-Geral da Índia, etc.

Sobressai no centro da pintura a mancha róseo-avermelhada da Casa, formada por dois corpos perpendiculares, o antigo de construção ao sabor do século XVIII com a sua varanda de colunas a que dá acesso uma bela escadaria e o moderno de janelas ogivais construído no segundo quartel do século XIX sobre antigas dependências da casa e encimado por um inestético mirante pintado de branco (hoje já demolido mas que ainda conheci), ligados por uma torre com relógio e seu sino de horas.

Ambos corpos deitam para o pátio principal, murado, onde se abre o portão nobre da casa, encimado pelo escudo de armas dos Pais, Farias e Pereiras; de cada lado do portão a mancha esverdeada da copa de dois plátanos actualmente de considerável porte.



A Casa dos Vargos, um óleo de J. Castilho

As edificações anexas dos dois celeiros também de pura traça do século XVIII encobrem a fachada da Capela em estilo barroco com sineira de 3 ventanas, virada a poente, em continuidade com a casa e porventura a parte de maior interesse artístico do conjunto pelos seus ricos azulejos azuis e brancos a toda a altura do interior, nas paredes laterais, representando passos da Sagrada Família e a formosa e rica talha dourada do altar e do púlpito. Sobre a porta da igreja a data de 1726.

Estão ainda representadas na pintura várias casas do lado poente da aldeia e a pequena capela de Santo António construída mesmo junto ao muro do pátio da casa.

A dedicatória autógrafa de Júlio de Castilho que nos assegura a autenticidade da obra é de resto facilmente explicada pelas relações de amizade que uniam o grande escritor e meu tio-avô, Simão Pais de Faria Pereira, Senhor da Casa e a quem foi dedicado o quadro e também ao cunhado deste, o meu avô General Raymundo José de Quintanilha e Mendonça, casado com D. Mathilde Leite Sérgio de Sousa, que vieram a ser os donos da Casa dos Vargos por morte, sem filhos, dos precedentes possuidores.

É actualmente proprietária da Casa dos Vargos, a que estão ligadas tantas recordações da minha meninice, minha tia D. Mathilde Sérgio de Quintanilha e Mendonça Pinto; das suas mãos recebi esta, para mim, «preciosa» pintura, que toda a vida conheci na grande sala de entrada da Casa dos Vargos. Ela está hoje na minha sala de trabalho recordando-me a todo o momento os alegres e descuidados anos de infância junto de tantos e tantos d'Aqueles que a morte já levou...

Lisboa, Dezembro de 1957.

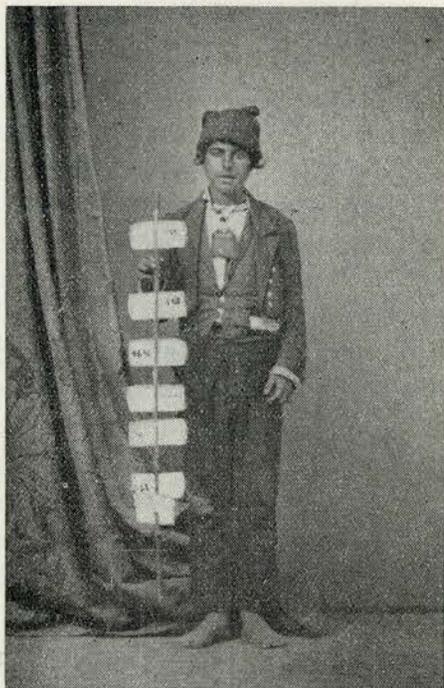


Tipos e Costumes de Lisboa

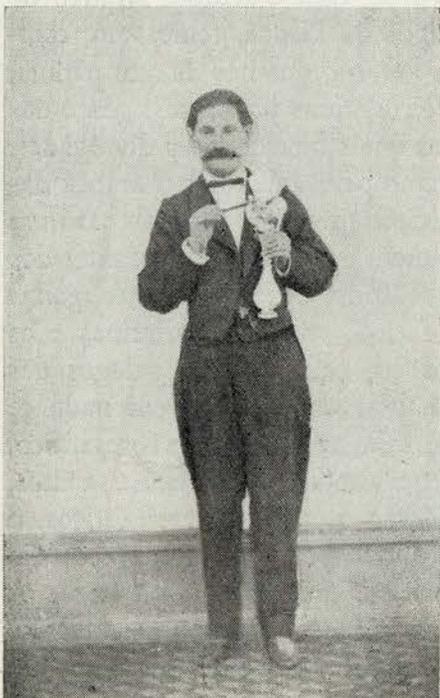
Os velhos álbuns, de encadernações moldadas fantasiosamente, que adornavam a mesa central das salas de receber, nos típicos lares alfacinhas, e que se manuseavam quase por obrigação, dão-nos às vezes surpresas agradáveis, com o tornarem-se, com o tempo, arquivo de documentos iconográficos. Aqui nos Amigos de Lisboa, temos um, comprado há anos, na Parceria António Maria Pereira, que nos dá, em parada, uma série de figuras desaparecidas, pregoeiros, tipos populares, gente das ruas, em pequenas fotografias, algumas das quais merecem ser divulgadas. Uma delas serviu possivelmente a Columbano para aguarelar o «rapaz das rocas e palitos» que figura no «Álbum de Costumes Portugueses». Há um pouco de tudo nesta colectânea. Como diferem os músicos ambulantes dos de agora! Em vez das guitarras, dos «accordéons» e dos saxofones, gaitas de foles, realejos e rabecas. Os «amola-facas», como as bailarinas e os atletas de tapete que davam espectáculos em cada rua, os galegos das mudanças, os cauteleiros e outros comediantes de ar livre, em nada se parecem com os de hoje. Depois vemos também neste arquivo fotográfico, pregoeiros que não deixaram sucessores, como a mulher que vendia sapatos, o ilusionista de praça, negras e indianas com os trajos característicos, o vendedor de livros e estampas, e tantas outras personagens da comédia das ruas de Lisboa. A «Mulher das barbas», que teve a sua hora, os «anões» que fizeram época nesses tempos pachorentos, ficaram na colecção. É uma galeria que nos traz aos olhos aspectos da cidade do tempo de D. Pedro V e de D. Luís I.



Um Deita-gatos que hoje já se não usa



A «toilette» de um vendedor de cantelas



Os Prestidigitadores fizeram desaparecer os bigodes



O tocador de gaita de foles de há muito desaparecido das ruas



Uma Bailarina de outros tempos



Estes trajos já se não vêem agora



A célebre Mulher das Barbas que toda a Lisboa conheceu



Um «Anão» que teve a sua época

A NOSSA VISITA AO METROPOLITANO

por HUGO RAPOSO

QUANDO daqui a muitos anos este escrito for lido, despertará sorrisos nos novos de então, apreciar a estupefacção que causou nos Amigos de Lisboa a visita ao nosso novo caminho de ferro subterrâneo. Por isso relatemos com franquesa o que se passou nesse sábado de Novembro de 1957.

Não é possível deixar de dizer «ab-initio» que 500 Amigos encheram uma quinzena de ônibus concentrados à entrada do Parque Eduardo VII, donde partiram para Sete Rios, local de oficinas e estação-depósito das carruagens. Aí se receberam, da parte dos engenheiros da Empresa, explicações sobre as instalações em construção no local.

Terminada esta primeira parte da visita, seguimos para os estaleiros, no alto do Parque Eduardo VII, no topo norte de Sidónio Pais, onde, por processos inteiramente mecanizados, se procede à preparação das argamassas de betão, material que a construção das galerias subterrâneas consome às centenas de toneladas ao dia. Um laboratório privado vigia, por meio de análises constantes, se está certa a composição das argamassas.

Tudo foi observado com muito interesse, as explicações recolhidas dos engenheiros — cicerones foram verdadeiramente esclarecedoras, mas a grande expectativa de todos os visitantes estava em descer às galerias e examinar à vontade aquilo que até hoje tem estado fechado a sete chaves, consentindo-se apenas ver o metropolitano «por uns óculos... de luneta quadrada».

Hoje, feita a visita, pode dizer-se: essa curiosidade tem inteira justificação. O caminho de ferro subterrâneo é uma novidade em Portugal e conhecido apenas daqueles que já tenham estado nalgumas cidades da Europa, nomeadamente Paris ou Londres. Mas poucas e raras são as pessoas deste mundo que conhecem a estrutura dum metropolitano, antes do assentamento dos carris e do balastro.

Por tal razão a ansiedade dos circunstantes sentia-se que era muito grande, até que chegou o momento quase solene de descer, pela primeira vez, com o pé direito, as escadas de acesso, no cruzamento da António Augusto de Aguiar com Marquês de Fronteira.

Descidas estas, um curto corredor leva-nos ao «mezzanine», assim se chama em linguagem «metropolitana» o vasto átrio que antecede a estação pròpriamente dita, onde se situarão bilheteiras, W. C. e outros serviços, recinto que não deixará de ser, como em Paris, como em Londres, um local concorrido de «rendez-vous» para pessoas que desejam encontrar-se ao abrigo do sol ou da chuva...

Cada lisboeta, todos os lisboetas, tem andado a besbelhotar, lá de cima, pelos óculos do mirone a operosa evolução das obras. Há quem se tenha dado ao trabalho de fazer abundantes colecções de fotografias, os Rochini da actualidade. E valha a verdade dizer-se: as galerias e outras obras que era possível espreitar, vistas de cima para baixo e de fora para dentro davam uma sensação de mesquinhez que efectivamente não tem.

Houve mesmo quem se dêsse ao trabalho insano de propalar que o perfil do túnel na Avenida era tão estreito, tão estreito, tão estreito, que nele não caberia mais de uma via!!!

Pois nós que pertencemos agora àquele número muito restrito de privilegiados que já penetraram vinte e cinco metros abaixo do nível da calçada, estamos em condições de atestar precisamente o contrário: quanto as galerias vistas de cima, possam parecer acanhadas ou estreitas, quanto percorridas interiormente se sente que são amplas, como são igualmente as estações, os átrios, as escadarias, as chaminés de arejamento.

A Direcção do Metropolitano franqueou-nos um passeio através da galeria já concluída que vai de São Sebastião da Pedreira até à Rotunda, o que permitiu observar estas duas estações e mais a do Parque (em frente do Pavilhão dos Desportos).

Descrever tudo quanto se viu, é um propósito que não cabe na intenção deste artigo. Porém a visita suscita um certo número de comentários que nos pareceu oportuno trazer a lume. Esta visita não foi oferecida por convite aos Amigos de Lisboa. Foram pelo contrário os Amigos de Lisboa, quem, dentro do seu programa de dar a conhecer Lisboa aos lisboetas, pediu para mostrar aos seus sócios uma fase das obras do novo meio de transporte.

Os meios de deslocação à superfície estão a tornar-se de dia para dia mais difíceis. Os engasgamentos de trânsito e as consequentes demoras, são cada vez mais frequentes. Os meios públicos de transporte colectivo parece terem, em certas linhas pelo menos, atingido a frequência da saturação. Toda a gente sente hoje uma grande dificuldade em chegar a horas ao seu emprego ou a outro destino qualquer, pois o próprio táxi já não é também um transporte rápido.

Viajar por debaixo do chão, através de galerias, não dá prazer

algum, mas a necessidade de movimentos do milhão de habitantes que hoje tem a cidade de Lisboa, para que cada um possa ir à sua vida, torna este empreendimento duma necessidade imperiosa e flagrante. É uma obra verdadeiramente urgente a conclusão do metropolitano.

Seja qual for o preço do seu custo de construção, e que seja para dar lucro ou prejuízo, isso importa já muito pouco. O que importa é construí-lo e acabá-lo quanto antes. A cidade carece dele, principalmente para favorecer a deslocação das pessoas que não possuem automóvel próprio.

Numa cidade como Lisboa, muita gente exerce a sua profissão em permanente movimento: são os caixeiros de praça, os cobradores, os carteiros e boletineiros, os leitores do gaz, da electricidade, da água, os angariadores, os informadores, os fiscais de serviços públicos, os paquetes, os enfermeiros. Determinadas pessoas exercem uma ocupação suplementar para melhorar o seu rendimento e para essas o tempo é dum valor precioso. A vida e a acção de todas estas pessoas está hoje muito dificultada. Entretanto e pela mesma abundância de razões muita gente está impedida de ir almoçar a casa.

Vozes que possam ter-se levantado para apoucar a obra do metropolitano não podem ser escutadas. Pelo contrário, a orientação que se impõe é procurar acelerar a construção da rede planeada.

Mas (cá vamos chegar agora ao ponto onde queríamos) parece a Direcção do Metropolitano ter acanhamento de mostrar a sua obra aos lisboetas. Não se pode entender a vantagem dessa atitude fechada. É intuitivo que durante os dias da semana, abrir um determinado sector à visita pública perturbava sem dúvida nenhuma o pleno rendimento do trabalho, se é que não envolvia mesmo determinados riscos. Mas ao domingo, a horas pré-fixadas, porque não se mostra o Metropolitano aos lisboetas? Porque se não abre ao público, num só sentido, por exemplo aquele mesmo trecho que foi mostrado aos Amigos de Lisboa, eventualmente das 14 às 17 horas? Porque é de recear uma afluência excessiva de visitantes? Não há dúvida nenhuma que isso sucedia pela certa. Mas todas as afluências têm a sua forma de regulação: ou pela entrada gradual de visitantes ou por meio de bilhetes de ingresso, distribuídos no decorrer da semana, emitidos na quantidade julgada não excessiva.

Mostrar as actuais instalações aos lisboetas é um acto construtivo. Dar aos futuros passageiros a noção do somatório de trabalho e de engenho técnico que ali está concebido, realizado e em realização, para comodidade da vida da população lisboeta. Deixar que os passageiros de amanhã vão ver hoje a rudeza e a dureza de certos trabalhos. Deixá-los passear a pé, enquanto é tempo, por um caminho, que depois de assente a via, nunca mais poderá ser percorrido a pé.

A presença de grandes massas de visitantes tornará impossível a explicação pessoal a cada um. Criem-se cartazes ou dísticos, com as explicações essenciais:

«Esta plataforma está construída para composições de duas carruagens mas foi prevista a sua ampliação em tempo oportuno para composições de quatro carruagens.»

«Para comodidade do público, neste lugar será montada uma escada rolante.»

«Na abertura que vedes no alto desta abóboda é para ser colocado um ventilador eléctrico para que vós, nosso passageiro de amanhã, possais respirar aqui dentro ar não viciado.»

«Esta linha, que está edificada por debaixo da placa nordeste da Praça Marquês de Pombal é apenas um desvio para guardar uma composição de reserva ou eventualmente avariada. O Metropolitano é para transporte rápido do passageiro. Esta é uma previsão para evitar embaraços ao livre trânsito na via.»

«Os milhões de m³ de terra que foram removidos para abertura desta galeria representam o esforço duma organização concebida para que vós, nosso passageiro de amanhã, possais viajar com conforto de Sete Rios aos Restauradores em 6 minutos.»

Além disso faça-se um pequeno prospecto explicativo para distribuir a cada visitante. Repita-se num papel oferecido expressamente, como se fora uma mensagem pessoal para cada um, embora já dada colectivamente na Imprensa, quais são as linhas da rede, a capacidade de transporte, o tempo de viagem, os meios de segurança. Esse prospecto já está feito, mas nada se perde em intensificar a sua distribuição.

Parece que é tempo de dar ao lisboeta a noção do grande empreendimento que se está levantando para seu benefício. Há que tornar compreendido o Metropolitano. É preciso divulgar melhor a benéfica função que ele vai desempenhar na vida da cidade. Certas perturbações que os habitantes de determinadas ruas estão sofrendo, há que aceitá-las com compreensão, pois tais obras são exactamente para o mais directo benefício dos moradores das ruas revolvidas pelas obras do Metropolitano.

Vão-nos dizer que uma boa parte desta publicidade está feita. Não há dúvida que sim, mas nada se perde em a tornar mais ampla e dar-lhe muito mais vasto sentido de divulgação.

Nós Amigos de Lisboa fizemos o que nos competia.

JÚLIO VERNE

NA RUA DA ATALAIA

ONDE hoje estão os Armazéns Olaio, era em 1884 a sede da casa editorial «Horas Românticas», iniciativa do operoso David Corazzi que, com José de Melo, seu sócio e amigo, alvoroçaram a Lisboa de então com tentadores romances em fascículos de meio tostão, saídos semanalmente.

Foi nos escritórios das «Horas Românticas» que, em Maio desse ano, de 84, se deu uma reunião e uma desvanecedora recepção a um dos mais nomeados romancistas da época — Júlio Verne. O autor das «Cinco semanas em Balão» e das viagens à Lua e ao centro da Terra, havia chegado ao Tejo, no célebre iate «Duncan» que um lorde inglês pusera à sua disposição para esta e outras digressões de observação e de inspiração. Corazzi esperava-o. Tinha-se carteadado com ele assentando numa série de traduções portuguesas de obra já publicada, e preparara com algumas figuras do meio literário lisboeta, uma recepção em forma, para a assinatura do contrato para essas versões. Júlio Verne, cujas estadas em terra alheia eram sempre de relâmpago, desembarcou do «Duncan», veio de trem até à Rua da Atalaia, assinou a escritura, e depois de almoçar com Corazzi, José de Melo, Rafael Bordalo Pinheiro, Ramalho Ortigão, José Júlio Rodrigues, Pinheiro Chagas e Elísio Mendes, deu uma volta pela cidade, tornou ao «Duncan», e desapareceu, barra fora.

Rafael Bordalo Pinheiro, em honra de Júlio Verne, publicou uma página no «António Maria» de 29 de Maio, com as caricaturas de todos os convidados de Corazzi, e anotou a fugaz visita, dizendo, na legenda: «Só andando com esta pressa pode fazer viagens à lua no tempo que qual-



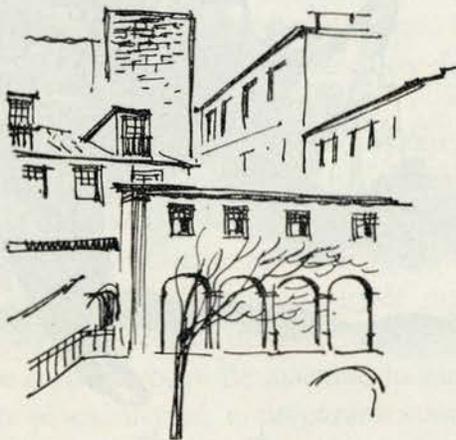
Julio Verne o illustre escriptor francez, chegou a Lisboa, jantou com David Corazzi e com outros convidados d'aquelle editor, entre elles este seu creado, e foi-se. Só andando com esta pressa, póde fazer viagens á lua no tempo que qualquer gasta em ir á Porcalhota comer coelho guisado. Que tanto elle, como seu irmão Paul, façam boa viagem aos antipodas em 1 hora e $\frac{1}{4}$ e que se voltarem a Lisboa se demorem mais um bocadinho para lhes mostrarmos o jardim da Europa á beira-mar plantado.

quer gasta em ir à Porcalhota comer coelho guisado. Que tanto ele como seu irmão Paul façam boa viagem aos antípodas em 1 hora e $\frac{3}{4}$, e que se voltarem a Lisboa se demorem mais um bocadinho para lhe mostrarmos o Jardim da Europa à beira mar plantado».

Um outro conviva do almoço, além do irmão do romancista imaginoso, foi o filho de José de Melo, e foi ele, ainda vivo felizmente — o pintor David Estrela de Melo — quem nos referiu este episódio.

A Rua da Atalaia é que de certo já se não lembra de coisa nenhuma.

M. S.





Feira da Ladra

As velharias que morrem

FRONTEIRO à estação dos eléctricos do Arco do Cego, junto ao cinema que foi «Palácio» e agora é «Aviz» — os cinemas mudam de nome com a facilidade com que hoje se mudam muitas coisas, as esposas, os nomes próprios etc. — vai, ao que se diz, construir-se um ou uns grandes imóveis, está claro, com muitas janelas todas iguais, que vai englobar o gaveto que torneja para a Rua D. Estefânia até ao portão da Fábrica Sibéria, que ficará com outras construções circunvisinhas e adjacentes, encaستoada nas trazeiras desse imóvel.

Ora muito bem.

Do velho, o que vai desaparecer, é o troço do muro que foi da circunvalação e a casa de um só piso onde se alojou a Guarda Fiscal das Portas do Arco do Cego e que, talvez, pelo frio, que a correspondência dum porta aberta no lanço do muro, certamente fazia, como ainda hoje faz, tem alojado, possivelmente, como sistema de aquecimento, duas, senão três, tabernas, bares, ou casas de comes e bebes, que ainda hoje lá se vêem. Com certeza devem fazer falta aos seus frequentadores habituais, não são imóveis de chorar por eles, mas eram recordações dum época em que Lisboa tinha área mais restrita e vida menos intensa.

A pouca falta que estes restos da velha Lisboa nos fazem, sirva de lenitivo àqueles, mais representativos, que a urbanização moderna nos tem roubado.

Simple nótula de recordação e saudade.

E. N.

Curiosidades

As Academias da actualidade são instituições da mais alta representação, a partir das suas próprias denominações. Porém, no passado lisboeta existiram algumas com títulos divertidos e prosaicos, como:

Academia dos generosos, nascida em 1647 para tratar de assuntos literários. Reunia-se em casa de D. António Alvarez da Cunha, trinchante-mór.

Academia instantânea, instituída nos fins do século XVII por D. Fernando Correia de Lacerda, Bispo do Porto, mas teve curta duração e por isso assim foi denominada.

Academia dos singulares, que tratava de assuntos sérios e jocosos e foi fundada em 1663.

Academia das conferências discretas ou eruditas, ocupava-se de questões físicas e morais e funcionava na livraria do Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes. Foi instituída em 1696.

Academia dos Anónimos, ocupava-se da política e literatura nos primeiros anos do século XVIII.

Academia dos applicados, existiu na primeira metade do século XVIII e foi seu membro D. Rafael Bluteau.

Algumas outras Academias existiam em Lisboa, como a *dos Ilustrados*, *dos Ocultos*, *dos Insígnos*, *dos Obsequiosos*.

Em Santarém existiram as Academias *dos Solitários* (1664) e a *dos Laureados* (1721) e em Setúbal a *Academia Problemática* (1721).

Entre nós existiu também a *Arcádia de Lisboa*, que se propunha reformar a poesia portuguesa, a eloquência e a língua pátria.

A *Academia Mariana*, fundada em 1756 com fins religiosos e místicos.

Academia de Belas Artes ou nova Arcádia, fundada em 1796 por Bingue, Caldas Barbosa, Joaquim Severino e Curvo Semedo.

Academia do Nu, fundada em 1780 tinha por fim a cultura das belas artes.

Algumas dessas instituições intituladas Academias tinham fundação legal e alta projecção de objectivos, como:

A *Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho*, creada em Lisboa pela carta de lei de 2 de Janeiro de 1790, para os estudos de aplicação militar de que necessitam os officiais das diferentes armas do exército.

Academia Real da Marinha de Lisboa, creada pela carta de lei de 5 de Agosto de 1779 e suprimida em 1837.

Academia dos Guardas Marinhas, creada por decreto de 14 de Agosto de 1782, passando a denominar-se *Escola Naval* por decreto de 19 de maio de 1845.

Academia de Belas Artes, fundada por decreto de 25 de Outubro de 1836, sendo ministro do Reino Manuel da Silva Passos.

Estas curiosidades constam do Dicionário de Invenções de Alberto Pimentel, recolhidas dum livro do José Silvestre Ribeiro, intitulado *História dos Estabelecimentos científicos e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*.

H. R.

Uma decepção em Londres...

Do jornal *Sempre Pronto*, n.º 149, de Setembro de 1957, transcrevemos a seguinte local:

«No regresso do Jambori, a equipa do «Sempre Pronto» passou quase uma semana em Londres, tempo demasiado curto para visitar a grande cidade, os seus museus, os seus monumentos. Correndo constantemente, foi, no entanto possível ver muito daquilo que desejávamos conhecer. Sabíamos, certamente alguém nos teria dito, que havia em Londres uma rua de Lisboa, porém, por mais que procurássemos nunca a encontramos nas nossas andanças. No Domingo, dia da nossa partida, tivemos necessidade de adquirir algumas coisas para a viagem. Mas, o Domingo em Londres é o Dia do Senhor e, portanto, rigorosamente observado.

No entanto, como estávamos hospedados na Roland House, um centro escoteiro, em Stepney Green, tínhamos sabido que em Aldegate um bairro vizinho muito habitado por judeus, algumas lojas estavam abertas (admirável espírito de tolerância!), pois lhes era permitido encerrar ao sábado e abrir ao domingo. Ali fomos para adquirir a nossa merenda. No regresso, tomámos um *trolley-bus*, todavia, coisa vulgar em terra estranha, enganámos-nos. Este, em vez de seguir para Stepney Green, antes de chegar a

White Chapel meteu por uma rua à esquerda. Justificando-nos do condutor com um sorry, compreensivamente aceite, apeámo-nos imediatamente. Eis que ali mesmo na nossa frente, estava a Lisbon Street! Porém, que decepção! A rua — uma travessa — que tinha o nome de Lisboa era a pior rua que tínhamos visto. Tortuosa, sem passeios, muito suja... Não quisemos ver mais. Lembrámo-nos

da nossa imponente Praça de Londres e deu-nos vontade de democráticamente procurar o Lorde Maier e manifestar-lhe o nosso desgosto. Não o fizemos, mas registamos agora aqui o nosso desapontamento».

Bem haja a sensibilidade do jovem jornalista que já é um «Amigo de Lisboa».

E. N.

OS BONS PAIS VIVEM TRANQUILOS,
CONTRATANDO UM SEGURO
DE VIDA NA **IMPÉRIO**



COMPANHIA
DE SEGUROS

R. GARRETT, 56 LISBOA

IMPÉRIO

ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

A actividade cultural do trimestre último iniciou-se com uma conferência do nosso consócio Sr. Mário Costa, sobre o *Palácio da Rua da Horta Seca* (que foi do *Manteigueiro* e residência particular do primeiro presidente da República). Esta conferência que foi presidida pelo Secretário Geral, secretariado pelos consócios Coronel Afra Nozes e Dr. Alberto Gomes, reuniu farta concorrência e será publicada no OLISIPO. Teve lugar em 7 de Novembro, pelas 22 horas, na nossa sede.

No dia 16 do mesmo mês inaugurou-se na nossa sede a *Exposição de Almanques Lisboetas*. Nessa ocasião o Secretário Geral proferiu algumas palavras, que dão, em síntese, a impressão do que foi e continha a exposição; que, até fins de Dezembro, foi visitada por grande número de associados e estranhos e que deu lugar a várias e interessantes ofertas para a nossa Biblioteca. Assim, os Srs. Dr. Carvalho Pedrogão, José Bento Guerreiro e o Secretário Geral ofereceram vários exemplares, tendo o último oferecido dos cerca de 150 que expôs, aqueles que a nossa colecção não possuía. Seguem as palavras proferidas a que se aludiu:

«Agora que o nosso OLISIPO vai entrar no XXI aniversário, ou seja, vai fazer vinte anos que apareceu o primeiro número em Janeiro de 1938, era mister trazer no início das nossas actividades culturais do ano corrente que este mês começou, uma realização, a um tempo popular e de cunho fortemente lisboeta, com a vetustês própria e necessária a realizações deste género.

É esta uma dessas realizações — *A Exposição de Almanques Lisboetas* — os velhos reportórios, simples, singelos, até ingénuos, de antanho, em que, aliás, também os havia de tomo e volumosos, como alguns que se expõem, quase verdadeiros anuários.

Foi a colecção do Grupo, ùltimamente enriquecida com uma valiosa oferta de cerca de uma centena de exemplares que pertenceram à colecção do Prof. Silva Carvalho e nos foram obsequiosamente cedidos pela Mesa Administrativa da Misericórdia de Tavira, devido à amabilidade do seu Presidente o Comandante Henriques de Brito, o fulcro desta exposição, a que se juntaram os exemplares das colecções dos sócios D. Guida Keil, Major Figueiredo e Silva, Matos Sequeira, Hugo Raposo, Alfredo do Nascimento, Mário Costa, Eduardo Portugal, Caetano dos Reis e da minha própria colecção.

Desde o velho almanaque de 1786 até aos da actualidade entre os cerca de 500 exemplares expostos, encontram V. Ex.^{as} raridades, curiosidades e exemplares literária e artisticamente interessante e valiosos pela sua colaboração, das quais há a destacar a colecção de 3 exemplares da autoria de Bordalo Pinheiro.

Desde o «Borda d'Água», chapéu alto, chapéu baixo, etc. até às folhinhas de brinde de casas comerciais, algumas tão gentis no porte e na colaboração, expõe-se uma colecção, quase completa, da «Folhinha-Brinde», da Tipografia Castro & Irmão, onde se imprimiu o «Archivo Pitoresco», cujo centenário há pouco comemorámos, vêem V. Ex.^{as} nestas salas os curiosos exemplares do «Almanach Arsejas» e do «Trinta» e até o «Dos bons Fadinhos», este de 1884, até à colecção completa do «Almanache das Lembranças Luso-Brasileiro», fundado por um Castilho em 1851, e que veio quase até aos nossos dias, e que, entre nós, foi o precursor dos almanaques literários e recreativos que hoje se publicam.

Mais uma realização modesta, embora, mas sempre visando os mesmos intuitos, falar, homenagear, estudar Lisboa, sempre Lisboa e a bem de Lisboa.

Bem hajam os que vieram e os que vierem, é para V. Ex.^{as} e para eles o nosso labor.»

A 23 de Novembro cerca de 500 sócios em 12 auto-carros e alguns automóveis acompanhados por representantes da Imprensa de Lisboa e Porto, para tal especialmente convidados pelo Grupo, visitaram as instalações fabris, depósitos, parques de material, laboratórios e as galerias do Metropolitano desde Sete Rios até à Praça Marquês de Pombal. Foram recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração Sr. Eng. D. Francisco de Melo e Castro que, junto com o Director-Geral das Obras, Eng. Guimarães Lobato, e vários engenheiros e técnicos acompanharam os visitantes que em grupos, demoradamente, visitaram todas as instalações. Deste modo o Grupo deu a conhecer aos seus sócios uma das mais notáveis obras em curso na cidade e proporcionou ensejo da Imprensa largamente se referir ao assunto. No início e no fim da visita entre os dirigentes do Metropolitano e o Secretário-Geral trocaram-se palavras de cumprimento e mútuo agradecimento.

A 24 deslocaram-se algumas centenas de sócios em visita de estudo às instalações escolares das Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo na rua do Fidié, onde visitaram detidamente as magníficas instalações destinadas a ensino primário, liceal e enfermagem e a nova capela e demais construções do vasto edifício. Foram amavelmente recebidos pela Irmã Sousa Rego dirigente da Instituição.

Em Dezembro, a 14, na nossa sede, o comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros Sr. Tenente Coronel Luiz Ribeiro Viana proferiu a sua conferência preparatória para a visita de estudo que se realizou no dia seguinte. A conferência que foi presidida pelo Secretário Geral, secretariado pelo seu colega Vereador e nosso consócio Sr. Coronel Afra Nozes, pelo conferente e por o Capitão de Mar e Guerra João Carlos da Costa, filho do heróico Bombeiro Bernardino Costa, e pelo 2.º Comandante Major Cansado, reuniu numerosos associados e a visita dirigida pelo 2.º Comandante, despertou vivo interesse. Foram visitados os Aquartelamentos, Parques do moderno material, Oficinas e Museu.

À visita referiu-se largamente a Imprensa e particularmente *O Século* em artigo de fundo, em 20 de Dezembro, focando a acção dos «Amigos de Lisboa» na difusão do conhecimento dos edifícios e instituições mais notáveis de Lisboa.

A nossa actividade cultural em 1957 encerrou-se com uma conferência na sede realizada em 19 de Dezembro pelo publicista Mário C. Areias, da Academia de Ex-Libris, que dissertou sobre a *Princesa Rattazi em Lisboa*. A conferência foi presidida pelo Secretário Geral, secretariado pelos membros da Secção de Movimento Cultural e Propaganda Srs. Mário Costa e Dr. Roberto Sarmiento, fez convergir à nossa sede numerosos consócios e na abertura da sessão o presidente disse:

«É de tal forma, ecléctica e agnóstica, esta nossa agremiação, que, não tendo quaisquer preocupações religiosas ou políticas, antes procurando sempre e sistematicamente não ferir essa nota; sempre que se trata de Lisboa, em todos os seus aspectos, colabora afanosamente, — seja como for e com quem for, — que, dentro daqueles princípios, venha até nós.

É o que acontece esta noite, em que o publicista ilustre que é Mário Areias, meu confrade, noutras agremiações culturais desta nossa Lisboa, e que no campo da arte e da literatura, tem tido prolífera e eficiente actuação, — ainda há pouco, prefaciou, uma obra Francesa sobre o escultor Raúl Xavier —, não sendo nosso consócio — o que muito lamento — vem até nós trazer como mostrou desejos, o seu contributo sobre uma personagem que não sendo Lisboaeta — em Lisboa passou em vôo razante, como se traduziria hoje o «Voil d'Oiseaux» bem mais lisongeiramente, que então o traduziu Camilo.

Porque, aqui fez gemer os prelos, porque o lápis de Bordalo aqui a caricaturou, de Lisboa é e a Lisboa pertence e por isso bem quadra tratar dela nesta casa.

Mesmo, porque, tudo o que agita o País — aqui se reflete — ou não fosse Lisboa, não só, a cidade de muitas e variadas gentes, mas cabeça do Império com as concomitantes prerrogativas e direitos, que lhe imprimem sabor e prestígio especial.

É terra de qualidade, e como tal tem altura e há que respeitar a sua dignidade que merece e tem; e, quando esse respeito, não é espontâneo, há que impô-lo, como sequência e dever da nossa qualidade de dela sermos naturais.

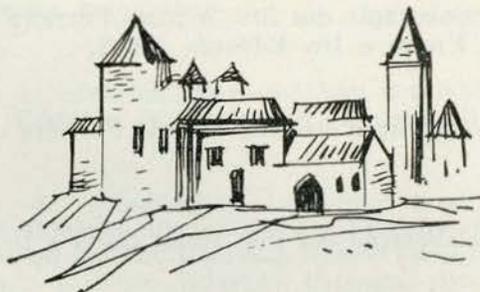
Se Ratazzi voltasse o que diria?... Deus nos valha!...

Do que disse e fez, vai dizer-nos Mário Areias, a quem cumprimento.

Tem a palavra Mário Areias».

A esta conferência, bem como às outras realizações citadas, referiu-se largamente a Imprensa, particularmente à Exposição de Almanques, a revista italiana *La Voce del Colezionista*.

E. N.



ACÇÃO CULTURAL

durante o ano de 1957

COLÓQUIOS OLISIPONENSES

Janeiro

17 - Com a colaboração dos Srs. Drs. Amadeu Ferreira de Almeida e Eduardo Neves.

Fevereiro

21 - Com a colaboração dos Srs. Prof. Dr. Costa Sacadura, Mário Costa e Mário Sande Freire.

Março

14 - Com a colaboração dos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento, Mário Sande Freire e Dr. Eduardo Neves.

Abril

25 - Com a colaboração dos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento e Mário Costa.

Maiο

9 - Com a colaboração dos Srs. Mário Costa e Dr. Eduardo Neves.

Julho

18 - Com a colaboração dos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento, Dr. Amadeu Ferreira de Almeida, Jorge Rebelo e D. Lucinda Rebelo.

Novembro

21 - Com a colaboração dos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento e Dr. Eduardo Neves.

CONFERÊNCIAS

Janeiro

15 - *O Sítio de Santo Amaro*, pelo Sr. Mário Costa.

Fevereiro

16 - *Lisboa e a tragédia dos Távora*s, pelo Sr. Dr. José Cassiano Neves.

Julho

- 25 - *Sobre o «Archivo Pitoresco»*, pelo Sr. Hugo Raposo.

Novembro

- 7 - *O Palácio da Rua da Horta Seca (que foi do «Mangueiro» e residência do primeiro presidente da República)*, pelo Sr. Mário Costa.

Dezembro

- 14 - *Conferência preparatória para a visita de estudo do Grupo ao Batalhão de Sapadores Bombeiros*, pelo Comandante do Batalhão Sr. tenente-coronel Luís Ribeiro Viana.
19 - *A Princesa Rattazi em Lisboa*, pelo Sr. Mário C. Areias.

EXPOSIÇÕES

Janeiro

- 5 - *Exposição de trajos e atavios de outrora*, com a colaboração do Sr. Prof. Dr. Costa Sacadura, D. Guida Keil, D. Edite Alves, D. Julieta Ferrão, D. Hilda de Matos, Major Figueiredo e Silva, J. M. Cordeiro de Sousa, Eduardo Portugal e Dr. Eduardo Neves.

Fevereiro

- 23 - *Exposição de recordações das visitas régias inglesas a Lisboa*.

Março

- 23 - *Exposição de obras de Barcia*, com a colaboração de sua família Família Rodrigues Cavalheiro, D. Ana Maria Pereira Gama, Hugo Raposo, Parceria António Maria Pereira e Eduardo Portugal, de quem partiu a iniciativa.

Julho

- 20 - *Exposição do «Archivo Pitoresco»*, com a colaboração dos Srs. Hugo Raposo, Eduardo Portugal e Dr. Eduardo Neves.

Novembro

- 16 - *Exposição de Almanques Lisboetas*, com a colaboração dos Srs. Dr. Eduardo Neves, Alfredo Ferreira do Nascimento, Mário Costa, Hugo Raposo, Henrique Nunes Vizeu, D. Guida Keil, Major Figueiredo e Silva, Eduardo Portugal, Dr. Carvalho Pedrogão, José Bento Guerreiro, Caetano dos Reis, e G. Matos Sequeira.

VISITAS DE ESTUDO

Janeiro

- 20 - *À Central Leiteira*, dirigida pelos Srs. Drs. Almeida d'Eça e Sales Gomes.

Março

- 25 - *Ao Palácio da Telecomunicações*, dirigida pelo Srs. Engs. Gentil da Costa, Rogério Rodrigues e Carlos Alberto.

Abril

- 25 - *À Fábrica de Vidros Gaivotas, Lda.*, dirigida pelo Sr. Eng. Francisco Rodrigues.

Maio

- 26 - A *Elvas* e a *Vila Viçosa*, com almoço no Castelo desta Vila, com a colaboração da Fundação da Casa de Bragança, sendo a visita ao Palácio dirigida pelo respectivo Conservador Sr. Dr. João de Figueiredo.
- 25 - À *Fábrica de Malte* da Sociedade Central de Cervejas, na Av. Almirante Reis, dirigida pelo Sr. José Manuel Martins.

Junho

- 2 - Ao *Tesouro da Sé de Lisboa*, dirigida pelo Sr. Cónego Manuel Luís.
- 8 - Ao *Conservatorio Nacional*, dirigida pelo Sr. Dr. Ivo Cruz, e audição de Lieder pelo nosso consócio Sr. Dr. Francisco Loureiro Diniz, acompanhado ao piano pela Sr.^a D. Noémia Sarmento de Brederode.

Julho

- 14 - Ao *Seminário Maior de Cristo Rei*, nos Olivais, dirigida pelo seu vice-Reitor Sr. cónego José Amaro Teixeira.
- 25 - Ao *Laboratório Farmacológico J. J. Fernandes, Lda.*, dirigida pelo Sr. Francisco Laureano.

Agosto

- 4 - À *Casa Museu Leal da Câmara*, na Rinchoa, dirigida pelo Sr. Prof. Dr. Joaquim Fontes.

Novembro

- 23 - Às *Instalações do Metropolitano de Lisboa*, dirigida pelos Srs. Engs. D. Francisco de Melo e Castro e Guimarães Lobato.
- 24 - À *Casa das Filhas de S. Vicente de Paulo*, dirigida pela Irmã Sousa Rego.

Dezembro

- 15 - À *sede do Batalhão de Sapadores Bombeiros*, dirigida pelo Sr. Major Cansado.

OUTRAS REALIZAÇÕES

Janeiro

- 26 - Reunião da Assembleia Geral Ordinária para discutir e votar o Relatório anual da Junta Directiva e o Parecer da Comissão de Contas.

Fevereiro

- O Grupo, a propósito da recepção à Rainha Isabel II, de Inglaterra, embandeirou e iluminou a sua fachada, organizou um talhão vedado na Avenida da Liberdade, por amável concessão da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, para os nossos associados assistirem à passagem do Cortejo Real, além da Exposição já referida que se inaugurou, na sede, no dia 23.

Maio

- 1 a 15 - Participação na «Feira do Livro», a convite do Grémio Nacional dos Editores e Livradores de Portugal.

REPRESENTAÇÕES

Julho

- A propósito da remodelação da Avenida da Liberdade, o Grupo enviou uma representação à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, conforme se publicou no OLISIPO n.º 80.

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS



VÁRIA

| | PREÇOS | |
|--|----------|---------|
| | Sócios | Público |
| Evocação do Café Martinho | esgotado | |
| Noite de evocação do Leão de Ouro | 13\$50 | 15\$00 |
| Urbanização de Lisboa | 4\$50 | 5\$00 |
| Lisboa de ontem e de hoje do Sr. Rocha Martins | esgotado | |
| A Cor de Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |
| Olisipos (estão esgotados os números 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 34, e 43) ... cada, dos que existem, | 18\$00 | 20\$00 |
| Evocação do Café-Restaurante Tavares | 4\$00 | 5\$00 |
| Jantar de Confraternização na Casa do Leão | 4\$00 | 5\$00 |

A. VIEIRA DA SILVA

| | | |
|--|--------|--------|
| O Castelo de S. Jorge | 13\$50 | 15\$00 |
| A Ponte de Alcântara | 13\$50 | 15\$00 |
| Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |
| Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |

DR. ALFREDO DA CUNHA

| | | |
|--|--------|--------|
| Olisipo berço do periodismo português | 13\$50 | 15\$00 |
|--|--------|--------|

ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

| | | |
|--|--------|--------|
| Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |
| Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos | 13\$50 | 15\$00 |
| O Quartel de Campolide | 13\$50 | 15\$00 |
| O Quartel do Regimento do Conde de Lippe | 13\$50 | 15\$00 |

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

| | | |
|--|--------|--------|
| A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão | 13\$50 | 15\$00 |
| O Campo de Santa Clara | 13\$50 | 15\$00 |
| Ronda e Silva de Lisboa Velha | 9\$00 | 10\$00 |
| Bagatelas de tempo vário | 9\$00 | 10\$00 |

AUGUSTO CASIMIRO

| | | |
|------------------------|--------|--------|
| Lisboa Mourisca | 18\$00 | 20\$00 |
|------------------------|--------|--------|

DR. EDUARDO NEVES

| | | |
|---|--------|----------|
| Ruínas do Carmo | | esgotado |
| Igreja da Penha de França | | > |
| Faculdade de Medicina | | > |
| Lisboa nos Ex-Libris | | > |
| Lisboa na Numismática e na Medalhística | | > |
| O Convento dos Barbadinhos Italianos | | > |
| Do Sítio do Intendente | | > |
| Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa... .. | | > |
| Alocações | | " |
| Homenagem a Matos Sequeira... .. | 13\$50 | 15\$00 |
| Um Arcebispo-Primaz natural de Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |
| João Alberto Pereira de Azevedo Neves | 13\$50 | 15\$00 |
| Um desenho a pena da autoria de Júlio Castilho | 13\$50 | 15\$00 |

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

| | | |
|--------------------------------|--------|--------|
| A Irmandade de S. Lucas | 13\$50 | 15\$00 |
|--------------------------------|--------|--------|

FERREIRA DE ANDRADE

| | | |
|---|---------|----------|
| Relação das casas foreiras... .. | 22\$50 | 25\$00 |
| O Senado da Câmara e a Guerra Civil | 27\$00 | 30\$00 |
| Três Touradas no Terreiro do Paço | 13\$50 | 15\$00 |
| Palácios Reais de Lisboa | 45\$00 | 50\$00 |
| Do Convento de N. Senhora de Jesus | | esgotado |
| Guia do Orlisipo n. ^{os} 1 a 11 cada | 7\$50 | 8\$00 |
| » » » n. ^{os} 12 a 18 cada | 9\$00 | 10\$00 |
| Visite Lisboa, 4. ^a ed. | 63\$00 | 70\$00 |
| Vinte e cinco anos na vida duma capital | 54\$00 | 60\$00 |
| Portugal País de Turismo, 2. ^o , 3. ^o , 4. ^o e 5. ^o vols. cada | 135\$00 | 150\$00 |
| Lisboa das sete colinas | 36\$00 | 40\$00 |
| Lisboa vista em 5 dias | 13\$50 | 15\$00 |

DR. GILBERTO MONTEIRO

| | | |
|--|--------|--------|
| Esboço histórico do Hospital de Belém | 18\$00 | 20\$00 |
| D. Gilberto | 13\$50 | 15\$00 |

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

| | | |
|-------------------------|--------|--------|
| Auto de S. João | 9\$00 | 10\$00 |
| Lisboa (Comédia) | 18\$00 | 20\$00 |

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

| | | |
|--|--|----------|
| Casas onde em Lisboa residiu Almeida Garrett... .. | | esgotado |
|--|--|----------|

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais 45\$00 50\$00

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ... 9\$00 10\$00

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos esgotado

JOÃO MONTEIRO

Estrada de Sacavém 27\$00 30\$00

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa 13\$50 15\$00

JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN

Relação histórica (resumida) das cavalhadas do Terreiro Real
que se fez na Corte da cidade de Lisboa em 1795 esgotado

JULIETA FERRÃO

Lisboa 1870 esgotado

LUÍS MOITA

A Ermida de Santo Amaro... .. esgotado
O Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses 7\$00 7\$50

LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina 6\$70 7\$50
A Rua das Canastras 7\$20 8\$00
Críticas, Correções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de hoje»
do Sr. Paulo Freire 9\$00 10\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da
Freguesia da Sé 9\$00 10\$00
Ascendentes de Camilo 13\$50 15\$00

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» e o Século XIX 4\$50 5\$00

LUÍS TRINDADE

Janelas de Alfama 18\$00 20\$00

DR. MANUEL VICENTE MOREIRA

Jardins de Lisboa e Porto esgotado
O Problema da Habitação 27\$00 30\$00

MÁRIO COSTA

Da Rua Nova à Rua dos Capelistas 18\$00 20\$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com
Carlos II de Inglaterra 9\$00 10\$00
Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da
Escola Politécnica 13\$50 15\$00
O Sítio de Santo Amaro 18\$00 20\$00

MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO

Igreja da Conceição Velha... .. esgotado
A Igreja e o Convento da Graça 45\$00 50\$00
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.^a Maria de Belém
Calçada da Ajuda esgotado

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia a S. Vicente... .. 9\$00 10\$00

ROBERTO DIAS COSTA

A Paroquia de S. Jorge de Arroios esgotado

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas
da edilícia citadina 9\$00 10\$00

DR. RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Oisiponense... .. esgotado

TINOP

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols.... .. cada 13\$50 15\$00

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

B. DIAS & DIAS, LDA.

OFICINA DE TORNEIRO DE METAIS

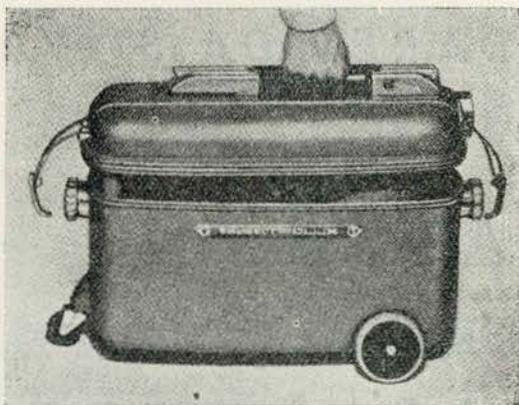
INSTALAÇÕES PARA ÁGUA E GÁS

Retretes de luxo nacionais e estrangeiras.
Autoclismos de vários sistemas. Lavatórios
e banheiras de esmalte e zinco, esquentadores a gasolina e gás. Candeiros para

gás e electricidade, camisas e chaminés de todas as qualidades. Lava louças e todos os artigos referentes a folha branca. Colocação de bombas e consertos.

Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua indústria

Rua Nova da Trindade, 11-F Telef. 22648 • LISBOA



INDUSTRIAL

Z-33 ELECTROLUX

O Aspirador para locais de grandes dimensões, como:

HOTÉIS
CINEMAS
TEATROS
HOSPITAIS
RESTAURANTES
ESCOLAS
GARAGES
ESCRITÓRIOS

ELECTROLUX, LDA.

LISBOA

R. Pascoal de Melo, 7 - Tel. 56115 • R. 1.º de Dezembro, 120-B - Tel. 28246

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7
Telef. 21368 - 21227 - 30054 — LISBOA

« PEREGRINAÇÕES EM LISBOA »

a afamada obra do saudoso escritor

NORBERTO DE ARAÚJO

com ilustrações de Martins Barata. 15 tomos a 12\$00 cada um.

Encadernada, em 3 volumes, em percalina 350\$00, em pele 500\$00

Edição de

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

LISBOA

FRANCISCO SOARES DA SILVA

Limitada

PASSAMANARIAS

DESDE

1840



Travessa da Fábrica dos Pentes, 4-A

LISBOA

ALBANO DE SOUSA & BARBOSA, LDA.

LIVRARIA

PAPELARIA

Material Escolar / Equipamento para Escritório / Grande sortido em canetas e lapiseiras das melhores marcas / Assistência Técnica / Sortido sem paralelo em Álbuns para Fotografias

Visite a nossa casa (50 anos de existência)

INSTALAÇÃO PROVISÓRIA

Largo Martim Moniz - Pavilhão das Ourivesarias - Loja n.º 2 — LISBOA

L I V R A R I A
P O R T U G A L

Rua do Carmo, 70
L I S B O A
Telefone P. P. C. 3 0582, 3 0583 e 28220

● LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS
Serviço rápido de encomendas
Informações Bibliográficas

Dirijam os seus pedidos à P O R T U G A L
Rua do Carmo, 70 — Lisboa

Angelo G. Ramalheira

ENGENHEIRO CIVIL

Construções

Projectos de Estabilidade

Betão Armado

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E. — Tel. 493 13
L I S B O A

Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º — Tel. 262 51
P O R T O

O F I C I N A S
G R A F I C A S

Ramos, Afonso & Moita

L I M I T A D A

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16

L I S B O A

S. Vicente de Fora

A
LEGAL & GENERAL

agradece aos
«AMIGOS DE LISBOA»
a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros

Capital e Reservas:

220 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

**Casa
Maciel,
Lda.**



CASA FUNDADA EM 1810

Premiado nas exposições de Rio de Janeiro 1922, Barcelona 1929, e Industrial Portuguesa

FABRICANTE DE
LANTERNAS
em todos os estilos

Sortido completo em louças, folha de Flandres, ferro esmaltado, alumínio, Porcelanas, vidros e artigos de ménage

Tel. 2 24 51

63, Rua da Misericórdia, 65 — LISBOA

Companhia Nacional de Navegação

A MAIS ANTIGA EMPRESA ARMADORA
PORTUGUESA NAS CARREIRAS DE ÁFRICA

Sede: Rua do Comércio, 85 — LISBOA — Telefones 2 30 21 e 2 30 26

Sucursal: R. Infante D. Henrique, 73 — PORTO — Telefones 2 24 38 e 2 24 39

Serviço rápido de carga e passageiros para a África
Occidental e África Oriental, Índia, Macau e Timor

FROTA

| Navios de passageiros | | Navios de carga | | Rebocadores |
|-----------------------|--------|-------------------------|--------|--------------------|
| | D. W. | | D. W. | |
| Moçambique | 9.423 | Sofala | 12.145 | Aveiro |
| Angola | 9.550 | Moçâmedes | 9.120 | Douro 1.º |
| Niassa | 10.000 | Rovuma | 9.120 | Beira |
| Quanza | 6.230 | S. Tomé | 9.050 | Cuio |
| Zambézia | 1.857 | Nacala | 3.370 | Lanchas em serviço |
| Lúrio | 1.857 | Tágus | 1.630 | Lucala |
| Índia | 7.000 | Chinde (em const.) ... | — | A |
| Timor | 7.000 | Angoche (em const.) ... | — | C |
| Save | 1.330 | | | D |
| 1 Pacote (em const.) | 20.000 | | | E |
| | | | | F |

33 batelões em serviço

CLUBE ORIENTAL DE LISBOA

O

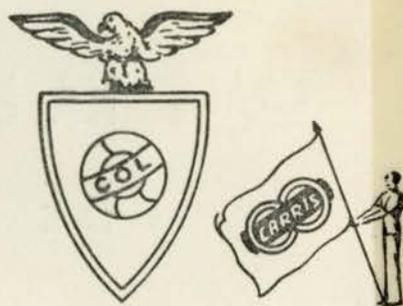
CLUBE ORIENTAL DE LISBOA é a resultante da fusão dos antigos clubes do bairro oriental da cidade: Chelas, Marvilense e Fósforos.

Procurando tenazmente enfileirar ao lado dos «grandes», encontraremos o «Oriental» a marcar nítida posição de relevo, em todas as competições desportivas em que tomou parte, desde 8 de Agosto de 1946: data da sua fundação.

Campeão Nacional de Futebol da 2.ª Divisão, em 1952/53; Campeão Regional de Andebol, em Juniores, nas épocas de 1946/47, 1947/48, 1948/49, 1950/51, e 1951/52; Campeão Nacional, na mesma modalidade e categoria, em 3 épocas, sendo duas consecutivas; o Clube Oriental de Lisboa possui ainda vários triunfos em provas de vela, modalidade onde sempre marcou presença muito honrosa.

O acendrado bairrismo de todos os simpatizantes e associados, dão a este clube características especiais que o tornam merecedor de realizar integralmente todas as suas aspirações, entre as quais figuram: a subida à 1.ª Divisão, de onde infelicidades várias o forçaram a sair há duas épocas; e a construção de um verdadeiro estádio, no Vale Fundão, com todas as condições necessárias para uma cultura mais completa das diversas modalidades praticadas.

O Clube Oriental de Lisboa atingirá certamente os objectivos que tem em vista. Para isso, felizmente, não lhe faltam dirigentes probos e trabalhadores, e a força inquebrantável de 6.500 associados, unidos e perseverantes, capazes das mais abnegadas dedicações para que o seu clube passe a ocupar o lugar destacado que verdadeiramente merece.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

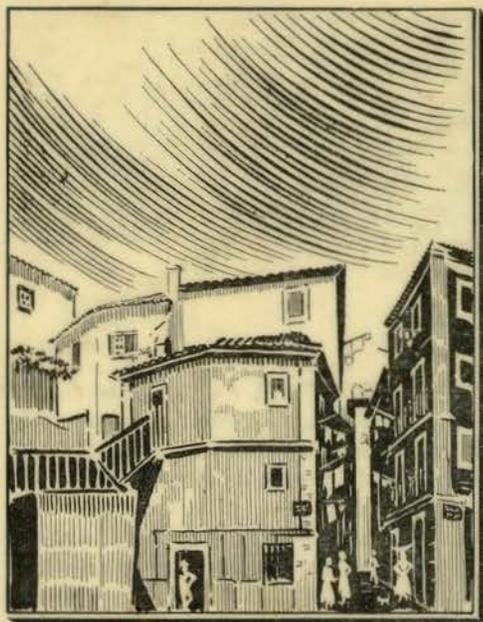
LUABO

e

MARROMEU

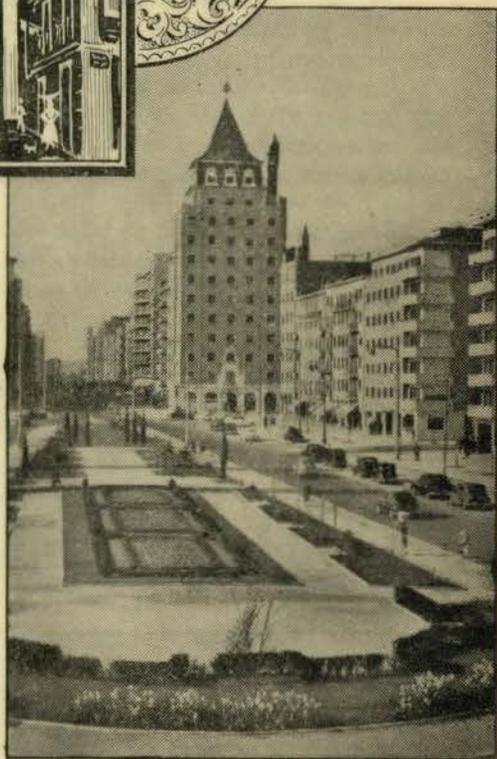
PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL